



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

DAS DIRETRIZES A SANTO DOMINGO

Agosto de 1992

APRESENTAÇÃO

A definição das novas Diretrizes Pastorais 1991-1994 e a preparação para a Assembléias de Santo Domingo foram processos que caminharam juntos na Igreja do Brasil. Ambos se situaram no mesmo horizonte, o da nova evangelização, e sob a mesma luz, "Jesus Cristo, ontem, hoje, e sempre". Comuns são também os grandes desafios identificados: o crescente empobrecimento do povo, o neo-liberalismo e o povo cenário latino-americano e internacional, a irrupção da modernidade, o pluralismo cultural e religioso.

A 30ª Assembléia Geral da CNBB (1992) considerou a contribuição do Brasil para a reflexão teológica dos temas que emergiram na preparação a Santo Domingo estava suficientemente expressa nas Diretrizes Gerais publicadas em 1991. Assim sendo, optou por definir dez temas amplos e fazer sobre elas um reflexão pastoral, buscando chegar a posições que expressassem a posição do episcopado brasileiro.

Os dez temas escolhidos foram:

- I. Evangelização da Cultura Urbana
- II. Evangelização e Comunicação
- III. Povos Indígenas e Afro-americanos: Evangelização a partir de sua história e cultura
- IV. Opção pelos Pobres e Solidariedade
- V. Pela Defesa da Vida e da Pessoa
- VI. Família Educação Jovens
- VII. Participação na Sociedade Pluralista e Democrática
- VIII. A Responsabilidade da Igreja diante da Situação Internacional
- IX. Nova Religiosidade e Grupos Religiosos Autônomos
- X. Participação do Laicato e da Mulher na Igreja

A Assembléia realizou seu trabalho a partir de grupos e contribuições pessoais ao plenário. Uma comissão elaborou o relatório final que não foi votado e que, com o nome de "*Subsídios para Santo Domingo*", teve publicação apenas interna.

Em agosto deste ano o Conselho Permanente reuniu-se com os delegados e demais participantes à Conferência de Santo Domingo para aprofundar a preparação. À luz do Instrumento de Trabalho da IV Conferência, já então publicado, os 10 pontos do subsídio foram re-estudados, aperfeiçoados e votados, passando a constituir o Documento Oficial da CNBB com o título "*Das Diretrizes a Santo Domingo*".

Ele se destina à delegação brasileira para um posicionamento mais harmônico e coerente na Assembléia de Santo Domingo. Destina-se também a todos os Bispos, comunidades e agentes de pastoral para que participem da reflexão e do clima de preparação da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano.

Desta forma, assim como todo o trabalho de elaboração das Diretrizes Gerais ajudou-nos a preparar Santo Domingo, assim também, as reflexões de Santo Domingo, certamente, auxiliarão a concretizar sempre mais as pistas levantadas pelas nossas Diretrizes Gerais.

Conselho Permanente
 Brasília, 24 de agosto de 1992
 Festa do Apóstolo São Bartolomeu

I. EVANGELIZAÇÃO DA CULTURA URBANA

INTRODUÇÃO

1. A América Latina encontra-se hoje num acelerado processo de urbanização. A cidade pós-industrial não representa apenas uma variante do tradicional hábitat humano, mas constitui, de fato, a passagem da cultura rural para a cultura urbana, a sede e o motor da nova civilização universal (Puebla 429)¹.

Nela altera-se sobremaneira a modalidade peculiar como, dentro de um grupo social, de um povo, de uma nação, os homens cultivam sua relação com a natureza, com os outros e com Deus. Enquanto as relações com a natureza se limitam, em geral, à produção de bens de consumo e de serviço, e as relações com os demais, de pessoais se transformam em funcionais, as relações com Deus passam por uma acentuada crise devido, talvez, à falta da mediação da natureza, que tanta influência exerceu na religiosidade rural.

2. A grande cidade moderna além de transtornar os modos de vida e as estruturas habituais de convivência, como os da família, vizinhança e organização do trabalho, condiciona igualmente a consciência religiosa e a vida cristã (Puebla 431-432)². Tudo isso é decorrência do fato de que a cidade pós-industrial, além de um espaço habitacional denso, extenso, heterogêneo, de uma organização funcional, é também um "horizonte mental", isto é, um espaço onde se forjam uma nova cultura, um novo modo de ver, de sentir, de pensar, de ser, de conviver, de trabalhar e descansar, de celebrar e festejar, de viver e de morrer. A cultura urbana já está penetrando no mundo rural, através dos meios de comunicação e da aplicação da tecnologia moderna aos trabalhos do campo.

3. Ao lado de autênticos valores da modernidade, que o próprio Vaticano II reconhece (GS 57)³, a cidade oferece também desvalores que o mesmo Concílio denuncia. Aos primeiros é preciso incorporá-los ao cristianismo; aos segundos cumpre, ao evangelizar, purificá-los e elevá-los (GS 58)⁴.

4. As cidades constituem hoje, talvez, o maior desafio à evangelização. E não é para menos! A Igreja nasce, cresce, se desenvolve e se organiza no seio da cultura agrária, no máximo de uma cultura urbano-agrária tradicional; de um momento para outro, se depara, contudo, diante de um novo estilo de vida, de um mundo novo. Pode ocorrer então como de fato está acontecendo que ela continue dando respostas rurais a problemas urbanos. Daqui a necessidade de criar novas respostas a partir da verdade eterna de que é portadora. Com razão afirma Puebla que para a pastoral da cidade é necessário "traçar caminhos e critérios, baseados na experiência e na imaginação" (Puebla 441)⁵.

PROPOSIÇÕES

1. Inculturação urbana do Evangelho e do pensamento e da práxis da Igreja.

5. Sendo a inculturação o processo adequado da evangelização da cultura, para que aconteça em profundidade o anúncio do Evangelho ao homem da cidade, exige-se, em primeiro lugar, integrar na mensagem de salvação de Cristo a linguagem e os símbolos da cultura urbana, incorporando os seus valores. Só então o Evangelho penetrará na cultura urbana e a fé poderá exercer sua função crítica e inspiradora de cultura. O processo de inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a re-expressão da fé.

2. Redimensionamento da organização da Igreja na cidade.

6. Devido ao fato de ser a cultura rural um estilo de vida homogêneo e tradicional, a Igreja organizou sua ação pastoral com o fito de conservar a fé e a vida religiosa. Predominou então uma pastoral de conservação que, aliás, funcionou naquele contexto. Hoje, porém, diante de uma cultura dinâmica, marcada pela criatividade, só poderá funcionar uma pastoral de índole essencialmente missionária. É preciso propor o “primeiro anúncio” a cada geração, ou melhor, a cada pessoa, mesmo já batizada (EN 52)⁶.

7. Daí surge a necessidade de uma pastoral planejada para a cidade. Nela é necessário levar em conta que a paróquia, mesmo renovada, se mostra contudo insuficiente (DP 152)⁷, porquanto na cidade não funciona o limite geográfico e o domicílio perde seu sentido de morada do homem. A setorização da cidade exige diversidade de organização paroquial. E a ação pastoral não pode esquecer que a cidade rompe os ritmos da natureza e transforma a noite em dia. A paróquia *deverá* ser comunidade de comunidades, ou “rede de comunidades”, cabendo aqui valorizar a rica experiência das CEBs, que merecem sempre receber atenção e apoio.

3. Uma comunidade de fé, de cultura e de serviço da caridade participativa.

8. A consciência moderna, que emerge na cidade, se mostra particularmente sensível à autonomia do homem e, conseqüentemente, ao direito e ao dever de assumir a vida e a História. Este valor da modernidade deveria, dentro de justos limites, encarnar-se na comunidade eclesial, já que a evangelização é tarefa de todo o Povo de Deus (LG 31)⁸, e a Igreja deveria ser um modelo do valor da pessoa humana e da convivência entre os homens (Puebla 273)⁹.

4. Formação de agentes para a pastoral urbana.

9. João Paulo II insiste na inculturação dos evangelizadores na cultura à qual se propõe a mensagem do Evangelho. Isto exige a formação de agentes de pastoral para a cidade, tanto sacerdotes como religiosos e leigos. Daqui nasce, igualmente, a necessidade de uma pastoral vocacional urbana para os diferentes ministérios.

5. Uma evangelização para a solidariedade urbana.

10. A interdependência é uma característica marcante da vida da cidade, ao contrário da vida rural. Na cidade todos dependem de todos. Contudo, dada a heterogeneidade própria dos aglomerados urbanos, há uma tendência a fechar-se em si mesmo e desinteressar-se pelo bem comum, como já denunciou Paulo VI (OA 11)¹⁰. Não obstante isso, a solidariedade constitui a única resposta à interdependência da vida moderna. Se, de um lado, a pastoral urbana deve responder aos angustiantes problemas pessoais através do anúncio da Boa-Nova; do outro, tem que criar novas formas de *presença pública* na sociedade, suscitando a consciência ética no campo das ciências, das instituições e das expressões para a defesa do bem comum, dos direitos humanos, da vida, da ecologia.

6. Uma pastoral atenta ao fenômeno da migração para a cidade.

11. A grande cidade continua no seu crescimento demográfico, em grande parte devido às migrações forçadas, com graves conseqüências negativas. Na América Latina, o processo de urbanização se caracteriza por uma constante oferta de mão-de-obra, impossibilitada de ser absorvida. Desta forma, ao desenraizamento do campo, segue a marginalização de muitos irmãos nossos na periferia das grandes cidades. Trata-se, no comum dos casos, *de* pessoas ligadas às comunidades do campo, que se sentem desamparadas e desorientadas em seu novo hábitat. A pastoral das migrações deve ser parte integrante da pastoral urbana, sendo uma de suas formas de atuação, com equipes dedicadas a acolher, ajudar e criar novas raízes e a animar a fé destes irmãos que migram do campo para a cidade.

7. Uma pastoral junto aos centros de decisão e aos grupos de influência e de vivência.

12. Enquanto predominam no campo as relações primárias, pessoais; na cidade prevalece o tipo de relações secundárias. As pessoas se encontram não porque vivem perto, mas porque exercem a mesma função ou trabalham na mesma empresa. Só uma estrutura supra-paroquial poderia responder a essa exigência da pastoral urbana de evangelizar os grupos especializados, mediante encontros de reflexão para operários, empresários, médicos, advogados, técnicos, políticos etc.

II. EVANGELIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INTRODUÇÃO

13. "O primeiro areópago dos tempos modernos é o *mundo das comunicações*" (cf. RMI 37)¹¹. Os MCS criam uma nova cultura, "que nasce, menos dos conteúdos do que do próprio fato de existirem novos modos de comunicar, com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas" (RMI 37)¹². "Os meios de comunicação têm a capacidade de influir não só nas maneiras de pensar, mas também nos conteúdos do pensamento. Para muitas pessoas a realidade corresponde ao que os meios de comunicação definem como tal; o que eles explicitamente não reconhecem, parece insignificante" (Aetatis Novae, 4)¹³.

14. A comunicação nem sempre está a serviço da Verdade, da Justiça, do Amor e da Paz. Valores humanos e cristãos estão sendo destruídos.

15. Nas sociedades latino-americanas, os MCS de massa estão organizados industrialmente, funcionam segundo critérios de rentabilidade e/ou ideológicos e concentram-se nas mãos de poucos, muitas vezes a serviço de um projeto de dominação. Raramente são colocados a serviço da educação, do desenvolvimento integral da pessoa humana e da evangelização.

16. Na Igreja, considerada como um todo, ainda não há suficiente sensibilidade para a Comunicação. Não se tem consciência de sua importância para a evangelização, a promoção humana e a inspiração cristã da cultura. Também não se conseguiu ver que os MCS criam uma "nova cultura", na qual a mensagem da Igreja deve ser integrada (cf. RMI 37)¹⁴. A própria comunicação interna da Igreja é falha. Há muitos exemplos e símbolos da força comunicadora da fé cristã no passado, no entanto, recentemente, a comunicação deu um enorme avanço, que a Igreja não conseguiu acompanhar.

17. Na busca de uma comunicação autêntica, que contribua à união dos homens com Deus e dos homens entre si, a Igreja tem como fontes inspiradoras a comunicação entre as Pessoas divinas e a missão de Cristo e do Espírito (cf. DT 544; 665)¹⁵.

PROPOSIÇÕES

18. Impõe-se uma conversão da Igreja, em todos os seus níveis, para a valorização da comunicação e uso dos MCS. A comunicação é prioridade para a evangelização.

19. 1) Deve-se investir, utilizando os bens patrimoniais disponíveis, na tecnologia e na educação de pessoal especializado (= comunicadores), e, em geral, na formação do espírito crítico de toda a comunidade eclesial, especialmente nas novas gerações. Deve-se buscar a integração, em todos os níveis, dos MCS da Igreja e o diálogo respeitoso, mas crítico com todos os comunicadores.

20. 2) A ação da Igreja, no campo dos MCS, incluirá programas de formação para candidatos ao presbiterato, padres, Bispos, agentes de pastoral religiosos ou leigos; aperfeiçoamento da administração do pessoal e da cooperação entre emissoras católicas; pesquisas; apoio a entidade de comunicadores católicos, especialmente as organizações

internacionais (OCIC, UCIP, UNDA); videotecas; valorização e premiação de pessoas e entidades que se distingam na comunicação a serviço da evangelização.

21. 3) Deve-se planejar globalmente a política de comunicação e informação a serviço da pastoral (cf. DT 674)¹⁶.

22. 4) Deve-se trabalhar, de forma conjunta, na Igreja, para que os MCS sejam um serviço à sociedade, conforme as orientações de "Aetatis Novae".

23. 5) Organize-se a pastoral de comunicação em cada diocese e paróquia, criando sala de imprensa, elaborando e difundindo notícias.

24. 6) Estude-se a possibilidade de a Igreja entrar, no campo da Televisão, com canal próprio.

25. 7) Avaliem-se os jornais católicos, diocesanos ou regionais, e suas perspectivas.

26. 8) Incentive-se também a comunicação alternativa, através de boletins, jornais, folhetos, diapositivos, "rádios populares", artistas e poetas do povo.

27. 9) Procure-se criar condições para uma efetiva colaboração ecumênica.

28.10) Pede-se que em Santo Domingo:

a) a comunicação seja uma nova opção;

b) o texto do documento final seja breve e de impacto;

c) a redação do documento final seja revista por jornalistas, visando uma linguagem acessível a todos.

III. POVOS INDÍGENAS E AFRO-AMERICANOS: EVANGELIZAÇÃO A PARTIR DE SUA HISTÓRIA E CULTURAS

INTRODUÇÃO

29. Não é possível atingir um povo com a mensagem de Cristo, a não ser através de sua cultura. Negros e índios têm cultura que não se pode considerar inferior à dos povos europeus, conquanto seja diversa. A primeira evangelização, em terras de América, não levou em conta esse dado importante. Menosprezou a história e a cultura dos autóctones e das multidões transportadas cativas da África; considerou deploráveis alguns de seus costumes, e satânicas suas práticas religiosas.

30. Por isso, o Evangelho não os atingiu em profundidade. Só quando se identificam "as sementes do Verbo", espalhadas pelo Espírito no coração dos povos e no âmago de suas culturas, é que o anúncio do Deus vivo e libertador lhes toca o coração, lhes retifica as mentes e lhes purifica e renova o viver.

31. A nova evangelização pretende situar-se nessa perspectiva condizente com o mistério da Encarnação.

PROPOSIÇÕES

32. 1) A Igreja confessa ter cometido erros na primeira evangelização da América Latina. Muitos erros, no passado, surgiram de um contexto em que havia escassa consciência do pluralismo cultural. Em atitude penitencial, como pastores:

33. – pedimos perdão aos povos indígenas e aos negros americanos pelas vezes que não soubemos reconhecer a presença de Deus em suas culturas;

34. – pedimos perdão pelas vezes que confundimos evangelização com imposição da cultura ocidental;
35. – pedimos perdão pela tolerância ou participação na destruição das culturas indígenas e africanas;
36. – pedimos perdão aos negros americanos pelas vezes que nos servimos do Evangelho para justificar sua escravidão;
37. – pedimos perdão pelas vezes que nos beneficiamos desta escravidão nos conventos, paróquias ou cúrias.
38. 2) Ao pedir perdão aos povos indígenas e aos negros pela omissão e cumplicidade aberta ou velada com seus conquistadores e opressores, confessamos que os erros do passado persistem em muitas circunstâncias até os dias de hoje. Os povos indígenas e os negros da América Latina continuam ameaçados pelo sistema de dominação e pelo racismo vigentes e continuam vivendo à margem da Igreja institucional e da sociedade.
39. Sabemos que o perdão é um longo processo. Consideramos nossa solidariedade incondicional e nosso compromisso com a causa dos povos indígenas e dos negros nas Américas parte integrante da Nova Evangelização.
40. 3) Conscientes de que o Espírito Santo já atua nos povos indígenas e afro-americanos muito antes da chegada do missionário, a Igreja quer, num novo esforço de evangelização, retomar a prática da era apostólica, que valorizava o passado dos povos e sua diversidade religiosa, convidando-os a voltar-se ao Deus verdadeiro e a Jesus, a quem Deus enviara (cf. RMI 25)¹⁷. Por isso é necessária uma pastoral específica e diferenciada.
41. 4) Para que a Igreja possa hoje apresentar o Evangelho aos povos indígenas e negros do nosso continente, é necessário que, juntamente com o primeiro anúncio, procure explicitar tudo o que há de valor humano e “sementes do Verbo” neste povo. Ao mesmo tempo, a Igreja procura aprofundar sua fidelidade ao Evangelho no diálogo com os valores das culturas indígenas e afro-americanas. É a inculturação que, de nossa parte, exige:
- Renúncia a todo etnocentrismo e colonialismo pastoral.
 - Respeito às pessoas e apreço por suas culturas.
 - Atitude de escuta com amor e docilidade.
 - Conhecimento da linguagem, dos valores históricos e culturais, e das aspirações vitais desses povos.
 - Especial atenção e respeito aos símbolos e ritos, à mística indígena e afro-americana e à função da mulher na religião e na sociedade tribal.
42. 5) Para desencadear, de fato, o processo de inculturação, exige-se uma preparação remota e providências imediatas:
- a) – Como preparação remota, haja nos seminários curso específico de Missiologia e Antropologia Cultural. É a base para a compreensão e respeito às diversas raças e culturas.
 - b) – Como providência imediata, criem-se, em todos os níveis, grupos de reflexão teológica e litúrgica em que participem indígenas, negros e outros representantes de culturas minoritárias, para que o discernimento dos valores autênticos e a escolha dos símbolos seja feita *com* eles e *por* eles, e não somente por teólogos e liturgistas vindos de fora de suas culturas.
 - c) – Acentuar a importância da inculturação da liturgia e por isso criar institutos de pesquisa de expressões e símbolos que possam ser incorporados na celebração da fé.

43. 6) Face à marginalização a que foram relegados os negros em nosso continente, torna-se urgente o apoio às organizações por eles criadas para ajudá-los na recuperação de sua identidade e na luta contra os preconceitos que os mantêm como humanamente inferiores.

44. 7) Com relação aos povos indígenas, a Igreja incorpora, como parte integrante da evangelização, o apoio às lutas, reivindicações referentes a terra e território, bem como autonomia, organização própria, identidade e especificidade étnica e cultural, religião e teologia.

45. 8) A Igreja reconhece e valoriza elementos das religiões dos povos indígenas e afro-americanos, considerando-as como experiências válidas de Deus, e se propõe a desenvolver com elas um autêntico diálogo inter-religioso, que procure purificar, elevar e aperfeiçoar suas expressões religiosas (cf. RMI 54)¹⁸.

46. 9) A Igreja denuncia os mecanismos de dominação e integração nos campos político, econômico, cultural e religioso, que negam aos povos indígenas o direito de afirmarem o livre exercício de sua autonomia.

47. 10) Por ocasião do Vº centenário da evangelização da América Latina, a IVª Conferência faça uma clara opção pelos povos indígenas, opção específica, que deve ser articulada com a evangélica opção preferencial pelos pobres.

48. 11) Que a presidência da CNBB encaminhe, com urgência, pedido ao Santo Padre para que se digne incluir entre os participantes da IVª Conferência indígenas e afro-americanos, indicados por suas próprias entidades representativas.

IV. OPÇÃO PELOS POBRES E SOLIDARIEDADE

INTRODUÇÃO

49. A Igreja da América Latina reconheceu, em Medellín e Puebla, a urgência da opção preferencial pelos pobres, fundamentando-a na constatação da brecha crescente entre ricos e pobres, “ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres”.

50. Treze anos depois de Puebla, a Igreja constata que esta opção se faz ainda mais urgente, porque o nível de vida dos pobres se deteriorou depois da “década perdida” dos anos 80, que aumentou a concentração da riqueza e drenou recursos de nossos pobres para países ricos, sobretudo através dos serviços da dívida externa.

51. Os mecanismos da economia de mercado produziram no Terceiro mundo (e também no primeiro) massas, excluídas dos benefícios do modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema capitalista neo-liberal, que tem sacrificado tantas vidas humanas.

52. “A doutrina social católica repudiou sempre a organização da sociedade baseada num determinado modelo de capitalismo liberal, justamente qualificado de “capitalismo selvagem” que tem como notas dominantes a procura desenfreada do lucro, unida ao desrespeito pelo valor primordial do trabalho e pela dignidade do trabalhador. Esta procura não raro é acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis, fundados em atividades ilegais” (João Paulo II, em Vitória)¹⁹.

53. Já no Antigo Testamento, Deus demonstra seu amor preferencial pelos fracos e oprimidos, pelos mais pobres e pequeninos.

Jesus manifesta em sua vida o mesmo amor pelos prediletos do Pai. Cristo mesmo se fez pobre e escolheu os pobres como os primeiros destinatários do seu Evangelho. Ele

associa ao mistério de sua cruz todos os que sofrem, especialmente os que são vítimas da maldade humana.

54. Este caminho, percorrido por Jesus, é o caminho a ser percorrido por todos os cristãos e pela Igreja através dos tempos. A opção pelos pobres diz respeito a cada cristão, porque é dimensão essencial do seguimento de Jesus. Brota de nossa fé e é sinal de sua autenticidade. Nenhum cristão pode recusá-la sem trair o Evangelho.

55. A opção pelos pobres exige de todos nós e de toda a Igreja profunda conversão e contínua vigilância para não nos envolvermos na mentalidade do mundo, que considera os pobres fardos pesados e importunos, obstáculo ao progresso e bem-estar da sociedade.

56. A opção pelos pobres leva ao compromisso evangélico e à solidariedade com eles e ao compromisso evangélico com suas causas e aspirações, suas organizações e movimentos. Esta solidariedade se expressa concretamente pela participação consciente e ativa na “nobre luta pela justiça” e pelo desenvolvimento humano integral.

57. A opção pelos pobres deve marcar todas as dimensões de vida de cada discípulo de Jesus como critério no desempenho de suas responsabilidades no campo social e político. Servirá também para iluminar evangelicamente o discernimento dos cristãos na aquisição, no uso e na partilha dos bens deste mundo.

58. O amor pelos prediletos de Deus pede à Igreja que transforme estruturas, métodos e expressões, afim de abrir espaços para que os pobres venham a ser participantes ativos da comunidade eclesial e sujeitos da ação evangelizadora.

PROPOSIÇÕES

59. 1) É preciso que a Igreja na América Latina intensifique a busca de uma conversão mais radical ao seguimento do Cristo pobre. O testemunho de uma Igreja pobre com os pobres e a favor dos pobres será o primeiro passo de uma evangelização nova no ardor, no método e na expressão.

60. 2) A opção preferencial pelos pobres já vem influenciando positivamente o processo de conversão e mudança na vida interna da Igreja na AL em vários aspectos. Propomos que essa renovação seja reconhecida, estimulada e intensificada:

61. Cresce o espírito comunitário e missionário na Igreja; os pobres dão da sua própria pobreza e se tornam missionários, sobretudo nas CEBs.

62. Muitos estão se tornando sujeitos da evangelização.

63. A leitura e interpretação da Palavra de Deus parte do Cristo histórico, socialmente pobre.

64. Maria é venerada como mulher vinda do povo pobre e comprometida com a sua libertação.

65. A liturgia adota símbolos da cultura dos pobres e usa cânticos populares inspirados pela vida do povo;

66. Difunde-se, pouco a pouco, um novo estilo de pastor, mais simples e próximo dos pequenos, influenciando a formação presbiteral.

67. A inserção dos religiosos, e sobretudo das religiosas, no meio dos pobres tem recuperado formas radicais de pobreza, como vivência solidária com os pobres.

68. A mulher está sendo mais valorizada nas comunidades eclesiais.

69. 3) A tensão entre países ricos e países pobres (Norte-Sul) está sendo considerada o mais grave problema político-econômico do mundo, sobretudo após a queda do socialismo real. A nova ordem mundial deve ser construída sobre a fraternidade, justiça e solidariedade. Isto supõe um novo estilo de desenvolvimento.

70. O desenvolvimento até agora foi orientado pelo crescimento econômico, socialmente injusto, predador da natureza. O conceito de desenvolvimento precisa integrar as exigências éticas às quais devem se subordinar suas dimensões políticas e econômicas. Desenvolver “o homem todo e todos os homens”, conforme a “Populorum Progressio”, se constitui meta do desenvolvimento integral, à luz dos valores do Reino de Deus.

71. A opção pelos pobres tem como exigência metodológica indispensável a educação para o compromisso personalizante, criativo e transformador, superando o assistencialismo que cria dependência e passividade. Ponto de partida pode ser a realidade social com suas estruturas econômicas e políticas ou o fato salvífico de Jesus e seu Evangelho, provocando uma consciência ética capaz de viabilizar mudanças estruturais a nível social. O processo metodológico, que parte do anúncio de Jesus Cristo, parece ser mais compreensível e aceito pelo nosso povo pobre e religioso.

72. Que a IV Conferência proclame um grande jubileu consistindo em:

- reconciliação entre todos;
- perdão das dívidas;
- destinação primordial da terra à produção de alimentos;
- destinação dos recursos públicos em primeiro lugar à eliminação da fome e do desemprego;
- apelo aos países credores do primeiro mundo para que convertam a dívida externa em projetos de desenvolvimento nos respectivos países.

V. PELA DEFESA DA VIDA E DA PESSOA

INTRODUÇÃO

73. A sociedade contemporânea, também na América Latina, é ameaçada por aquela que pode ser denominada “cultura da morte”, pelas múltiplas formas de sacrifício da vida humana aos ídolos da riqueza, do poder e do prazer. “A vida hoje vem sendo desprezada e até eliminada, desde a concepção até as mais variadas formas de destruição. O Deus da vida exige o respeito e a promoção da vida em todas as suas formas e estágios” (DGAP 20)²⁰.

74. “O ser humano é a única criatura que Deus quis por si mesma e para a qual tem seu projeto de salvação” (CA 53)²¹. “Deus enviou o seu Filho unigênito ao mundo para que vivamos por ele” (1Jo 4,9)²². Jesus trouxe-nos a vida plena (Jo 10,10)²³, e com sua ressurreição venceu o pecado e a morte, inaugurando o Reino e abrindo-nos o caminho para a vida eterna.

75. Por isso a Igreja, especialmente na América Latina, deve assumir como sua a defesa e promoção da vida em todas as suas formas, fases e situações. “Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana constitui uma tarefa essencial, diria mesmo em certo sentido, a tarefa central e unificadora dos serviços que a Igreja e cada um dos fiéis são chamados a prestar à família dos homens (CfL 37)²⁴.

76. “O reconhecimento efetivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige *o respeito e a promoção dos direitos da pessoa humana*. Trata-se de direitos naturais, universais e invioláveis: ninguém, nem o indivíduo, nem o grupo, nem a autoridade, nem o Estado, pode modificar e, muito menos, eliminar esses direitos que emanam do próprio Deus” (CfL 38)²⁵.

77. “Entre os principais, recordem-se: o direito à vida, do qual é parte integrante o direito a crescer à sombra do coração da mãe depois de ser gerado; o direito a viver numa família unida e num ambiente moral favorável ao desenvolvimento da própria personalidade; o direito a amadurecer a sua inteligência e liberdade na procura e no conhecimento da verdade; o direito a participar no trabalho para valorizar os bens da terra e a obter dela o sustento próprio e dos seus familiares; o direito a fundar uma família e a acolher e educar os filhos, exercitando responsabilmente a sua sexualidade” (CA 47)²⁶.

78. “Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, à integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais, e as tentativas para isolar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e de jovens e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas essas coisas são sem dúvida, infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que as padecem e ofendem gravemente a honra devida ao criador” (GS 27)²⁷. Esse triste panorama hoje se acresça o comércio de crianças e a prática da eutanásia.

79. Como afirma João Paulo II a respeito da América Latina, “Cinco séculos de presença do Evangelho naquele continente não alcançaram ainda uma eqüitativa distribuição dos bens da terra; isso é particularmente doloroso quando se pensa nos mais pobres dentre os pobres: os grupos indígenas e, juntamente com eles, muitos camponeses, feridos em sua dignidade por ser mantidos inclusive à margem do exercício dos direitos mais elementares” (CA 35)²⁸.

PROPOSIÇÕES

80. 1) É preciso promover a EDUCAÇÃO para a cultura da vida, dom de Deus, à luz dos princípios da fé cristã. Insista-se, conforme a Doutrina social da Igreja, na dignidade de cada pessoa humana, na prioridade dos valores éticos, na superação da violência, na formação para a solidariedade cristã que assume o dever de defender e promover a vida, especialmente daqueles cuja existência corre maior risco, como as populações indígenas, os menores abandonados, as vítimas de AIDS e o povo da rua.

81. 2) Denunciem-se as campanhas antinatalistas nacionais e internacionais, a esterilização em massa que destrói homens e mulheres como mediadores da vida, com dano moral, causando efeitos deletérios irreparáveis na ordem física, psíquica e social. A consciência cristã, que traz em si o divino dom e a mensagem da vida, deve ser acordada e questionada diante do hediondo crime do aborto, gravíssimo, que viola o direito da vida nascente, inocente e indefesa.

82. 3) O covarde assassinato de adolescentes e jovens, com impunidade, requer uma ação conjunta por parte da Igreja e de todos os homens de boa vontade, para que seja erradicado esse crime que brada ao céu. Faça-se verdade o brado do Santo Padre em Salvador da Bahia: “Que não se matem mais menores!”

83. 4) Toda questão social gira em torno do mundo do trabalho. Sem verdadeiro equacionamento da política salarial não há como encontrar solução para tão grave problema. É indispensável que se estabeleça a prática de um justo e eqüitativo salário. O salário infra-humano conduz à instabilidade social, à violência, à doença, à própria morte. Chame-se a atenção à gritante desproporção existente entre salários exorbitantes e salários insuficientes, de miséria e de fome.

84. 5) Como condição inalienável da defesa da vida e da pessoa, há de se criar e manter condições adequadas e acessíveis no tratamento da saúde na prevenção das doenças, ainda mais hoje, diante dos espectros da AIDS, cólera, malária e câncer. A

Igreja há de assumir a pastoral da saúde e dos enfermos como premência factual e como exigência evangélica (cf. Mt 25,36)²⁹. A Igreja estimula a participação nos movimentos populares e a atuação governamental neste dever primordial.

85. 6) Que a situação específica dos deficientes seja levada em conta na ação pastoral da Igreja, superando atitudes assistencialistas e protecionistas para desenvolver seus valores próprios e suas potencialidades, no sentido de integrá-los na vida de sociedade e na ação evangelizadora da Igreja.

86. 7) A situação dos encarcerados e condenados em nossos países é um escândalo. É flagrante a agressão à vida dos detentos em quase todas as dimensões: física, psíquica, afetiva, espiritual e até jurídica.

87. 8) A omissão e morosidade na administração da justiça fomenta a impunidade, a tentação de fazer justiça com as próprias mãos, os bárbaros linchamentos, justiceiros, grupos de extermínio e as campanhas questionáveis pela pseudo-solução da pena de morte.

88. 9) A Igreja deve levantar a voz diante de uma das violações dos direitos humanos que atingirá as futuras gerações de nossos países: a depredação do meio-ambiente, que destrói os recursos naturais na busca de lucros rápidos e imediatos. Os próximos anos serão determinantes para a ecologia e, portanto, para a sobrevivência da humanidade (cf. DT 160)³⁰.

89. 10) Diante das novas pesquisas científicas no campo da genética, é preciso respeitar os princípios éticos para que não haja comércio de órgãos, manipulações e até eliminação da vida humana. Chamamos a atenção em especial para o risco de manipulação da vida humana através do patenteamento de micro-organismos que se quer introduzir na legislação de nossos países.

90. "A redescoberta da dimensão ecocêntrica e das limitações da natureza devem-nos levar a apreciar e cultivar um estilo de vida sem ganância ou esbanjamento... para o cristão isto é mais do que um ato político: é uma prática espiritual" (CMI, Carta às Igrejas).

VI. FAMÍLIA - EDUCAÇÃO - JOVENS

FAMÍLIA

Introdução

91. A família deve ser assumida como grande prioridade pastoral.

Com base também no DT de Santo Domingo (cf. 19; 221-223; 540; 628-630)³¹, consideramos a seguinte tipologia da família na AL:

a) – Há um apreço generalizado pela família nas diversas culturas, mas ao mesmo tempo ela sofre de grande fragilidade e falta de educação.

b) – Dois terços das famílias da AL vivem na miséria e no abandono, muitas vezes em situações irregulares. Estas famílias merecem especial atenção pastoral na Conferência de Santo Domingo.

c) – Um terço das famílias latino-americanas é constituído por pessoas das classes médias ou abastadas. É nos vários segmentos da classe média que situam-se movimentos e serviços familiares, que deveriam ser integrados numa pastoral familiar mais ampla.

d) – O drama da má constituição da família manifesta-se em diversos níveis:

- *nível social*: salários indignos, desemprego, falta de moradia e saúde, etc.
- *nível pedagógico*: falta de preparação para o casamento e de educação para o amor; falta de consciência de um projeto de vida familiar.
- *nível religioso*: falta de catequese e prática cristã; falta de consciência da grandeza do sacramento do matrimônio, do plano de Deus a respeito do casal e da família; idéias incorretas a respeito de paternidade responsável e planejamento familiar; falta de consciência de a família ser sinal de evangelização etc.
- *nível ambiental (ou prático)*: veiculação de falsos valores pela sociedade de consumo, TV etc.; famílias que se dobram sobre si mesmas, ignorando necessidades de outras famílias (individualismo, indiferença).

Proposições

92. 1) Fornecer orientações e subsídios para a pastoral familiar.
93. 2) Implantar nas dioceses as diversas etapas da pastoral familiar:
- Preparação remota ao matrimônio através da própria família, valorizada como “Igreja doméstica”, da escola, da catequese para a crisma, de orientações para os namorados.
 - Preparação próxima através de cursos de noivos.
 - Celebração litúrgica do matrimônio.
 - Pastoral de acompanhamento de grupos de casais, diálogo conjugal e familiar, aconselhamento etc.
94. 3) Formar leigos para assumir a pastoral familiar.
95. 4) Entrosar a pastoral familiar com outras pastorais, movimentos, CEBs e paróquias.
96. 5) Levar em conta que, para a maioria da classe popular, a escassez de recursos não permite uma situação digna para o matrimônio dos jovens. Precisa haver uma política de trabalho e emprego, que dê condições de realização pessoal e profissional dos jovens.
97. 6) Olhar com solicitude pastoral para as famílias incompletas e separadas, no espírito de misericórdia e paciência, que tem como exemplo o Cristo pastor.

EDUCAÇÃO

Introdução

98. A educação é um ato abrangente e se dá pela convivência social, de maneira formal ou informal, com modalidades alternativas, atingindo a todos os homens, em todas as idades e culturas. Educa-se para a cidadania e para os valores, às vezes menosprezados pela sociedade moderna. Educa-se para o sentido crítico diante dos MCS, que modificam critérios e valores. A educação é grande meio de nova evangelização, de promoção humana e de formação dos valores cristãos nas diferentes culturas.
99. Dentro da realidade educativa brasileira e latino-americana, os Bispos brasileiros chamaram a atenção, no documento “Educação, Igreja e Sociedade”, a partir dos princípios da educação evangélico-libertadora, sobre 15 teses elaboradas com a participação de educadores brasileiros. Dentre elas destacamos: Educação - prioridade nacional; direito de todos a uma educação de qualidade; políticas educacionais coerentes; valorização da escola católica; ensino religioso escolar etc.
100. O enfoque dado à pastoral da educação, inserida na pastoral orgânica, quer que ela seja abrangente e desenvolva os processos educativos em todos os níveis da educação formal, informal e alternativa.

Proposições

101. 1) Para que seja evangélico-libertadora, a pastoral educacional deve se expressar e encarnar num conjunto de processos, lembrados pelos educadores latino-americanos em reunião preparatória para Santo Domingo (Bogotá 1-5/08/92): conversão e educação a partir dos mais pobres; valorização da cultura; formação de valores; libertação; personalização e humanização; formação para a cidadania e política; educação para o trabalho; formação da consciência ecológica; formação da religiosidade e vivência da fé.

102. 2) “É urgente dedicar mais energia, recursos materiais e humanos, na educação de massa através dos meios de comunicação”.

JOVENS

Introdução

103. Quase metade da população da AL é de jovens. A percentagem de jovens, principalmente a partir dos 15 aos 16 anos, que participa da vida da Igreja, é mínima.

104. Os organismos formadores de opinião e de valores (ou contra-valores) que atinge especialmente os jovens, não estão no horizonte do Evangelho e veiculam uma filosofia de vida totalmente naturalista e permissivista. Urge um trabalho sério, orgânico, eficaz da Igreja com a juventude latino-americana.

Proposições

105. 1) O 1º Congresso latino-americano de Jovens, realizado em Cochabamba, apresentou “contribuição à IVª Conferência Geral do Episcopado latino-americano”, onde são apresentados 10 tópicos principais. Há um apelo para que Santo Domingo:

- confirme a opção preferencial pelos jovens;
- dê mais atenção ao protagonismo juvenil (jovens evangelizando jovens);
- maior apoio e acompanhamento aos grupos de pastoral de juventude;
- mais atenção à formação dos jovens e aos grandes desafios e problemas que os jovens enfrentam hoje.

106. 2) Deve-se apoiar a PJ orgânica com sua metodologia de nucleação, organização e formação, dando espaço às pastorais específicas (rural, operária, estudantil, universitária).

107. 3) Estimular o recrutamento e a formação de assessores adultos para a Pastoral da Juventude.

108. 4) Dar especial atenção à pastoral vocacional dentro da Pastoral da Juventude.

109. 5) A Igreja deve ter preocupações e solicitude com os jovens drogados e marginalizados, e com os que se encontram no caminho do vício.

VII. PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE PLURALISTA E DEMOCRÁTICA

INTRODUÇÃO

110. A Ordem social que concilia justiça e liberdade, participação e pluralismo, é a ordem democrática.

Na América Latina a democracia é uma aspiração do povo mais que uma realidade efetiva. A Igreja quer colaborar na promoção de uma democracia autêntica, apontando antes de tudo suas exigências. Constata-se a ausência de Igreja nos dois extremos da sociedade: as elites e os empobrecidos. Os primeiros caminhando para o agnosticismo, os segundos para as seitas.

111. "A Igreja do Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política" (DGAP 232)³².

112. Para isto, a Igreja está pronta para colaborar "com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam a defesa dos direitos da pessoa humana, a valorização da cultura popular, a promoção de uma formação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias" (DGAP 233)³³.

113. A Igreja também encoraja a participação política dos fiéis católicos e de todos os cidadãos.

"Tende a coragem de assumir vossa liberdade pessoal responsável, e de intervir ativamente na vida política, econômica e social, animados pelo espírito de Cristo, seguindo aquele critério moral que já indicava a Constituição *Gaudium et Spes*: Como cidadãos guiados pela sua consciência de cristãos' (nº 76)³⁴. É certamente dever e função dos pastores da Igreja ajudar a formar essa consciência com os princípios do Evangelho e a doutrina do Magistério" (João Paulo II, Campo Grande, 17/10/91)³⁵.

PROPOSIÇÕES

114. 1) Na construção de uma sociedade justa, é necessário reconhecer que a pessoa a antecede. Sendo essencialmente social, ela se organiza e, procurando realizar seus objetivos, se insere numa sociedade.

É dever do cristão participar na vida da sociedade, contribuindo com os valores evangélicos, que explicitam as "sementes do Verbo" já presentes.

115. 2) São exigências de uma verdadeira democracia:

- que tenha como *centro a pessoa humana* no exercício pleno de sua cidadania;
- que tenha como parâmetros: *a primazia do ético sobre o econômico*, a promoção da solidariedade, da liberdade, da verdade, da convivência fraterna, do bem comum e da justiça social.

116. 3) *O pluralismo* é um fenômeno moderno, com expressões pessoais e grupais, que deve ser respeitado, quando apresenta ou defende valores. Numa *sociedade pluralista* cultiva-se o diálogo, ou, quando na sua impossibilidade, a tolerância e o respeito mútuo. Para tanto, requer-se uma educação contínua e permanente.

Este pluralismo exige direito à liberdade religiosa. É um direito anunciar, bem como ouvir o Evangelho.

117. 4) Numa sociedade pluralista e democrática, a necessidade do engajamento de leigos cristãos no mundo das realidades temporais, é tarefa própria de sua vocação e missão. Se é dever dos leigos, é também dever dos pastores articular iniciativas com a obrigação de dar aos leigos formação adequada no terreno social, dentro das perspectivas da fé. Dê-se especial atenção à educação do povo para o exercício da política e ao incremento das escolas de fé e política.

118. 5) Para se alcançar a construção de uma sociedade justa e solidária, promova-se a Doutrina Social da Igreja. Ajude-se a instaurar uma ética social, que melhore as condições de vida dos mais empobrecidos, tornando-os sujeitos e protagonistas de mudanças para uma nova Sociedade. A Igreja busque, para isso, a colaboração de entidades que promovem os direitos fundamentais da pessoa humana.

119. 6) A denúncia profética sobre a idolatria do dinheiro, tão presente no modelo de Sociedade de hoje, faz parte da missão da Igreja. Neste sentido deve-se denunciar a clamorosa diferença entre o menor e o maior salário vigente, que chega a ser escandalosa.

120. 7) Na construção da sociedade democrática, deve-se prestar atenção às condições das minorias étnicas para que resgatem sua identidade cultural, dos grupos minoritários e da maioria silenciosa, oferecendo-lhes meios para que se organizem, se integrem e participem da sociedade no uso pleno de seus direitos.

121. 8) Transcorridos os anos de regimes autoritários, no atual empenho de constituição de regimes cada vez mais democráticos, o triplice poder seja exercido de forma competente, honesta e aberta à participação popular, como um serviço à coletividade, principalmente aos mais necessitados.

122. 9) Exigências externas exorbitantes sobre as frágeis economias latino-americanas aumentam os riscos para a vivência democrática.

123. 10) Numa sociedade democrática, a participação de todos deve se dar tanto no exercício do poder, quanto no uso dos bens, quer materiais quer culturais.

VIII. A RESPONSABILIDADE DA IGREJA DIANTE DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

124. A responsabilidade da Igreja diante da situação internacional se fundamenta em sua missão de anunciar o Reino de Deus: Reino de vida, justiça, solidariedade, paz entre os povos. Em consequência, a Igreja deve indicar, antes de tudo, critérios éticos para as relações internacionais.

125. Também a dimensão universal da Igreja e sua efetiva presença nos diversos países trazem, para ela, a obrigação moral de cooperar na busca da paz e justiça internacional.

126. De outro lado, há muitos problemas não resolvidos na convivência entre as nações: desde o crescente distanciamento entre países ricos e pobres, até a reivindicação de autonomia de muitas minorias étnicas; desde a crescente interdependência tecnológica e econômica, até a busca de cooperação e integração, seja em vista do desenvolvimento econômico, seja para proteger da poluição e da destruição o ambiente da vida: ar, água, terra.

127. Sobre a América Latina pesa especialmente a ameaça da dívida externa e de políticas que levam à fome e ao desespero a maior parte da população, o tráfico de drogas, a destruição do meio ambiente.

128. A queda do comunismo no Leste Europeu mudou a ordem internacional e exerceu grande impacto na América Latina, onde a concretização político-econômico-so-cial do marxismo era um projeto assumido por alguns setores latino-americanos.

PROPOSIÇÕES

129. 1) Diante da queda do comunismo, a Igreja na América Latina deve propor com mais ênfase e coragem, a Doutrina Social da Igreja, tanto na prática pastoral, como na elaboração da teologia, como um serviço, aos que procuram corrigir o neo-liberalismo dominante ou buscam elaborar novos projetos políticos, econômicos e sociais.

É importante estimular maior conhecimento da Doutrina Social da Igreja, tanto no interior da Igreja, como na Sociedade em geral, através de cursos, semanas sociais, publicações etc.

130. 2) Por outro lado, a Igreja deverá estar atenta à tentativa do capitalismo neo-liberal que, por sua vez, tenta manipular nossa teologia.

Seria bom que, em Santo Domingo, a Igreja da América Latina fizesse apelo às Igrejas do Primeiro Mundo, para que nos auxiliem a encontrar soluções a partir da Doutrina Social da Igreja para os grandes problemas da pobreza na América Latina e das injustiças sociais.

131. 3) É necessário denunciar fortemente o imperialismo das grandes potências. Sem modificação da estrutura da ONU, que mantém a dominação de 5 sobre todas as demais não poderá haver maior justiça para o desenvolvimento dos povos do Terceiro Mundo. É preciso suprimir o direito de veto das 5 potências.

132. É necessário, também, se criar instância internacional de apelação, para julgamento de certas políticas ditadas pelo FMI e similares, ocasionando gravíssimos problemas às sofridas populações de países do Terceiro Mundo.

133. 4) Com a queda dos regimes comunistas, para muitos parece ter ficado o liberalismo como a ideologia vencedora, que agora iria se impondo inexoravelmente. A Conferência de Santo Domingo, consciente do atual momento histórico, rico em acontecimentos questionadores, não pode ignorar suas conseqüências. Em especial a urgência de denunciar o neo-liberalismo como o "o único Evangelho" dos tempos modernos, que, ao invés do Evangelho de Cristo, sob a capa do livre mercado, quer na verdade anunciar às minorias ricas a "Boa Nova" da preservação dos seus privilégios às custas das maiorias pobres. Isto tanto mais se faz necessário diante da fácil aceitação das teses neo-liberais por parte de muitos governos latino-americanos. Nesta ideologia se encontram as raízes de muitas distorções produzidas pelo mercado internacional, e encontram justificativas os "mecanismos econômicos" que produzem dominação e exploração dos países ricos sobre os mais pobres.

134. 5) As Igrejas da América Latina confirmem e concretizem o compromisso missionário, assumido em Puebla, de ir além de suas fronteiras, "Ad Gentes" (Puebla 368)³⁶.

Ofereça-se, como um serviço, a experiência pastoral e espiritual de nossa Igreja, enviando missionários às Igrejas do Leste europeu, da África e da Ásia. Especial atenção e solicitude sejam dedicadas aos milhões de migrantes e refugiados, vítimas de um contexto internacional de injustiça e de uma sociedade cada vez mais fechada em seu egoísmo e em seus objetivos político-econômicos.

As Conferências Episcopais da América Latina aprofundem seu relacionamento com as outras Conferências para maior inter-ajuda e cooperação missionária.

135. 6) O CELAM seja cada vez mais um serviço de integração e comunicação entre as Igreja da AL. Especialmente os países, que passam por momentos difíceis, recebam ajuda fraterna para não se sentirem isolados e abandonados. Como organismo eclesial, o CELAM se coloque a serviço da paz em todas as nações latino-americanas e promova solidariedade e integração entre elas. Para que o CELAM possa realizar efetivamente seu serviço de integração das Igrejas da AL, necessita de uma revisão de sua estrutura e funcionamento para adequar melhor sua organização às necessidades da hora presente.

136. 7) A Igreja, em defesa da vida, deve propor a diminuição dos orçamentos militares na medida em que excedem as necessidades de uma prudente defesa do país, excedentes que deveriam ser aplicados para as necessidades sociais do povo (educação, saúde etc.).

A indústria bélica e o comércio internacional de armas, por sua vez, vão muito além das necessidades de uma defesa prudente do país e buscam grandes lucros comerciais à custa da vida humana.

137. 8) A Igreja deve condenar o tráfico e consumo da droga, fora do uso legal da medicina, e denunciar e condenar o uso de crianças e menores de idade nesse tráfico.

É preciso afirmar que no tráfico de drogas o lucro é buscado com a destruição de vidas humanas e do tecido social, além de potencializar a criminalidade.

A Igreja deve empenhar-se na prevenção e recuperação dos drogados, e no estudo da questão da droga nos grupos que se reúnem em nossas comunidades.

Quanto ao fato que grande parte da população pobre de certos países latino-americanos sobrevive com a plantação da coca, a Igreja deve propor a carreação de recursos para dar a esses povos condições de partir para outro tipo de produção com que possam ganhar honestamente a vida.

138. 9) Em princípio deve-se apoiar e estimular o intercâmbio comercial e a organização de mercados comuns na América Latina, buscando-se aperfeiçoar os mecanismos, corrigindo possíveis falhas, defendendo decididamente a efetiva participação na sociedade: de organismos como sindicatos rurais e urbanos, das universidades e movimentos populares.

A Igreja deve assumir conscientemente sua missão específica como mensageira dos critérios éticos que devem presidir os passos da implantação progressiva de um mercado comum.

139. 10) É preciso recolocar a visão teológica que fundamenta a responsabilidade do homem diante da natureza, afirmando claramente a *criação como obra de Deus* colocada nas mãos do homem para ser por ele conservada, cultivada e preservada e por Cristo remido da corrupção do pecado (Rm 8,1-39)³⁷. A criação deve ser entendida, também, cristologicamente, na linha de colossenses e efésios: "Tudo foi criado por Ele e para Ele". Também o cosmos, a criação toda está "a caminho do Reino definitivo".

140. 11) Necessita-se enfatizar o homem como centro da criação e os valores da *vida* e da *solidariedade* como eixos centrais da questão ecológica; e desenvolver a noção de "ecologia humana", da *Centesimus Annus*, para ressaltar a necessidade de todas as nações assumirem solidariamente a situação de miséria existente nos países subdesenvolvidos, e mostrar que as atuais preocupações ecológicas não podem servir de pretexto para a manutenção dos privilégios dos países ricos.

141. 12) Ao falar da ecologia, a Igreja deve sempre recordar que "o mundo é a casa de todos". A sorte da natureza é a sorte do próprio ser humano. Deus nos deu a terra não para ser explorada de modo irracional, mas para ser cultivada com amor. A ganância e a sede de lucros levam o homem a arrancar do seio da terra toda sua riqueza até à exaustão. Não temos o direito de esgotar as fontes de riqueza do planeta sem pensar nas futuras gerações.

IX. ECUMENISMO, NOVA RELIGIOSIDADE E GRUPOS RELIGIOSOS AUTÔNOMOS

INTRODUÇÃO

142. O ecumenismo, no sentido definido pelo Concílio Vaticano II e posteriores documentos da Santa Sé, deve ser consolidado e praticado sempre melhor na América Latina, que busca ser fiel às exigências de uma nova evangelização. A difusão dos grupos religiosos autônomos não deve impedir ou atemorizar o espírito ecumênico, até porque tal difusão constitui um desafio e preocupação também para as chamadas Igrejas cristãs históricas, verdadeiramente ecumênicas.

143. A Igreja vem observando que as seitas se têm multiplicado nas últimas décadas. Não se pode negar que, na origem desta situação, está a própria história do catolicismo

latino-americano, muito devocional, mas pouco assistido pastoralmente pelo número insuficiente e distribuição desigual de clero, que impediu uma consciência mais profunda da vida de fé e de participação eclesial.

Na falta desta consciência e com a influência de outros fatores culturais, sobretudo a acelerada urbanização, a busca de outra religião ou de seitas foi muito acentuada.

144. Além disto, o pluralismo cultural, as migrações que rompem laços sociais de origem e causam perda de identidade, o subjetivismo, influem muito na busca de novos movimentos religiosos. A pessoa se sente solicitada a aderir a novos grupos por força de um proselitismo intenso, às vezes até por meios escusos.

145. Há, sem dúvida, na crise do que se pode chamar de pós-modernidade, uma incoercível *fome* do sagrado, do misterioso, da experiência religiosa. Ao invés da secularização das décadas anteriores, o que marca esta “nova era” (= new age), constituindo verdadeiro *signal dos tempos*, é a volta ao sagrado: a busca de bênçãos, de exorcismos, de curas, de experiências de misticismo. A busca do sagrado deve ser encaminhada com uma celebração consciente e participativa da liturgia, fonte e cume da vida da Igreja.

PROPOSIÇÕES

146. 1) É necessária maior presença da Igreja nos meios populares:

- Criar comunidades ou células cristãs entre os migrantes, lideradas por leigos que tenham profunda fé e entusiasmo.
- A multiplicação dessas pequenas comunidades nos bairros periféricos e nas vilas suburbanas deve ser prioridade nas opções pastorais.

147. 2) É também necessário voltar-nos para as classes médias, vítimas do hedonismo e consumismo, num esforço criativo de cursos, encontros, retiros etc. para lhes oferecer uma visão cristã em grupos homogêneos que se reúnam para oração, a Palavra de Deus, a troca de experiências, e assim constituir células de vida cristã.

148. 3) O espírito missionário deve ser despertado e incentivado, na busca pastoral dos “areópagos” modernos como a classe operária, o meio universitário, o mundo da indústria, as associações classistas etc. Neste ponto é indispensável valorizar a presença dos leigos, bem como a valorizar os religiosos e religiosas, para que, contribuindo na pastoral orgânica, assumam este espírito missionário, com ardor e alegria. Deve-se ainda dinamizar as visitas domiciliares, a bênção das casas, as novenas dos tempos fortes.

149. 4) Favorecer a *pastoral do acolhimento*: saber acolher, valorizando as pessoas e seus problemas; ouvi-las; ajudá-las. Ocasão propícia é a celebração do batismo e das exéquias, e a preparação canônica do casamento. É importante abrir-se à compreensão do outro, evitando-se assim a busca de meios fáceis (que não podem ser caminho para Cristo), e convidando a participar da pastoral, dos organismos e dos movimentos.

150. 5) Intensificar os ministérios *não-ordenados*, formando-os, diversificando-os para a valorização dos dons do batismo e da crisma. Na formação dos futuros e atuais ministros ordenados, procure-se levá-los à compreensão do mundo atual para que saibam assumir o papel que lhes cabe na nova evangelização, junto com os demais ministérios e carismas da Igreja Mistério, Comunhão e Missão (cf. PDV 3 e 19)³⁸. As paróquias sejam comunidades de comunidades, e as comunidades eclesiais de base um lugar privilegiado dos ministérios laicais.

151. 6) Apesar das dificuldades do diálogo teológico com as seitas, cumpre valorizar os espaços para o contacto ecumênico com as outras Igrejas cristãs tradicionais, não esquecendo que no campo social e da assistência caritativa, é possível um trabalho

comum com as seitas. Procurar também diálogo com grupos de religiões não-cristãs. O primeiro diálogo é o da caridade, que tem por fundamento o respeito mútuo.

X. PARTICIPAÇÃO DO LAICATO E DA MULHER NA IGREJA

INTRODUÇÃO

152. O Concílio Vaticano II e os recentes documentos pontifícios, particularmente a Exortação *“Christifideles Laici”*, revelam claramente a consciência que, hoje, a Igreja tem da dignidade e da plena participação dos leigos, homens e mulheres, na missão da própria Igreja.

153. Esta consciência ainda não transformou hábitos seculares e nem sempre se traduziu numa prática efetiva e consistente.

154. “Chegou, certamente, o momento de as Igrejas particulares assumirem uma maior definição quanto à presença e ação dos leigos na comunidade eclesial. A experiência já adquirida deve ser amplamente alargada e aprofundada”. (DGAP 262)³⁹

PROPOSIÇÕES

55. 1) Urge reconhecer o “status eclesiológico” do cristão leigo(a), como batizado(a), crismado(a), membro do Povo de Deus.

O leigo faz parte da estrutura eclesial porque inserido sacramentalmente no Corpo de Cristo. Nesta visão eclesiológica, é a Igreja toda leigos, leigas, religiosos(as) e ministros ordenados que se constitui sujeito da missão. Por conseguinte, todos são corresponsáveis pela missão e pelas opções pastorais.

156. 2) Seja reconhecida e valorizada a competência própria do(a) leigo(a) no campo que lhe é próprio, dentro do mundo. Os pastores devem, em diálogo permanente, ouvir os leigos, seja individualmente, seja através de seus organismos.

157. 3) Seja reconhecida, e não só tolerada, a presença de leigos, homens e mulheres, nas instâncias importantes de paróquias e Dioceses, com direito à livre manifestação de opiniões e contribuições, destacando-se um insubstituível funcionamento de *Conselhos Diocesanos de Leigos*, como organismos reveladores do pensamento e atitudes apostólicas do laicato.

158. 4) Apliquem-se investimentos indispensáveis para realizar a formação de leigos, tanto para ministérios e atuação dentro da Igreja, como para sua missão específica: construir uma sociedade fraterna, justa e solidária.

159. 5) Que haja apoio e troca de experiências entre institutos, escolas e cursos de leigos, dando-se ênfase ao embasamento doutrinário e à prática missionária. Esta formação deve levar os leigos a uma participação nos organismos de comunhão nas Dioceses, Paróquias e Comunidades, e a serem elementos decididos na transformação das atuais estruturas sociais, políticas e econômicas.

160. 6) Considere-se a gravíssima situação de milhares de irmãos e irmãs nossas, que, imersos em profunda miséria material ou marginalização, se encontram frequentemente afastados da possibilidade de pertencerem visivelmente à Igreja e de viverem a alegria da gloriosa liberdade dos filhos de Deus.

161. 7) Propõe-se que, diante da constatada ausência de cristãos engajados das classes profissionais, no mundo da Universidade e da Comunicação, da Política e da Atividade Sindical, se promova e se incentive uma adequada presença do Evangelho nestes meios, com métodos apropriados e a necessária coragem de um apostolado consistente.

Que se criem espaços regulares de acompanhamento e de intercâmbio eclesial para os leigos engajados nas estruturas sindicais, econômicas, políticas e culturais.

162. 8) Que os documentos da Igreja, destinados ao laicato, além de sólidos na doutrina, sejam de fácil exposição e se voltem para aspectos práticos e metodológicos do engajamento dos leigos em suas várias missões.

163. 9) *Sobre a formação dos leigos*: deverá caber ao Conselho diocesano de leigos elaborar o plano de formação dos leigos, levando em conta as oportunidades e horários mais propícios, bem como insistindo na formação ética das diversas profissões e até a formação afetiva pelos próprios leigos, que estão mais aptos para isso, isto é, utilizar os leigos de acordo com a sua especialização. É preciso também acentuar a espiritualidade do leigo, incluindo-se sua vivência conjugal e seu campo de trabalho.

164. *Sobre a formação sacerdotal*: é preciso acentuar mais e melhor a participação do leigo(a) em todo o processo de formação sacerdotal.

165. 10) Esteja presente no conteúdo e na prática da catequese o mesmo empenho formador de autênticas lideranças cristãs que possam servir à Igreja e à Sociedade.

166. 11) Seja sempre valorizado dentro de uma Igreja, toda ministerial, o papel da mulher, reconhecendo-se a sua presença e dinamismo nas CEBs e em vários ministérios oficiais da vida eclesial, especialmente o Ministério da Palavra, dando oportunidade a que seus dons valiosos, capacidade e dedicação, se manifestem livres da tutela masculina.

167. 12) “De acordo com o novo estilo de ser mulher que vem surgindo na AL, sejam as mulheres aplaudidas e estimuladas a assumir responsabilidades sociais ao lado dos homens, oferecendo a contribuição feminina ao progresso dos povos, na ciência, na arte, na política, na economia e, de modo geral, em todos os âmbitos da convivência humana” (DT 274)⁴⁰.

168. 13) Seja cada vez mais enfatizado na Igreja o papel fundamental dos leigos dentro da família, tornando-a firme e resistente à atual desagregação, capaz de realizar a missão de formadora de gerações.

169. 14) Articule-se nas instituições de educação a qualidade de ensino das várias disciplinas com perspectiva evangélica, especialmente no que tange às exigências da justiça, da solidariedade e da transformação social.

170. 15) Os movimentos apostólicos se insiram cada vez mais na vida das Igrejas particulares, aclimatando-se à nossa cultura. Seria necessário reconhecê-los e acompanhá-los: eles constituem um espaço de evangelização, principalmente da classe média dos centros urbanos.

171. 16) As dificuldades e tensões entre pastorais e movimentos sejam resolvidos na aproximação, no diálogo, na busca de colaboração e amadurecimento dos apelos da missão.

172. As CEBs, constituídas de acordo com as características indicadas por Paulo VI na EN, são para nossos leigos um novo modo de ser Igreja e representam para eles um meio excelente de realizar sua missão na Igreja e no mundo. Merecem pois, toda a atenção e apoio por parte dos pastores.

XI. ENFOQUES TEOLÓGICOS DO DOCUMENTO DE TRABALHO

173. 1) Explicitar melhor a ligação da teologia com a realidade da AL para uma contextualização da teologia.

174. 2) Evitar a impressão de cristomonismo e para isso explicitar melhor o tema da Trindade.
175. 3) Esclarecer que o Reino de Deus se estende além das fronteiras visíveis da Igreja: o que fundamenta o diálogo com as culturas e as religiões não-cristãs.
176. 4) Inverter a ordem dos capítulos 1 e 2, da seção A, da II parte: "Jesus Cristo, perfeita revelação do Pai" viria antes de "Jesus Cristo, salvação de Deus".
177. 5) Dar mais ênfase ao tema "Eucaristia", procurando ligar o sacramento à vida.
178. 6) Dar um enfoque mais sapiencial à reflexão teológica sobre a vida cristã, propondo uma teologia e uma espiritualidade do cotidiano, acessível aos leigos. Base desse enfoque seja uma teologia da criação que supere o dualismo profano X sagrado.
179. 7) Procurar fazer desembocar a reflexão teológica numa visão sintética da espiritualidade, acentuando suas características latino-americanas.
180. 8) Melhorar a fundamentação teológica do ecumenismo e do diálogo religioso, com uma reflexão crítico-realista sobre os abusos de determinados grupos.
181. 9) Desenvolver mais a dimensão pneumatológica da eclesiologia.
182. 10) Recuperar a dimensão do pecado nas causas da morte de Cristo e na soteriologia.
183. 11) Afirmar a necessidade de reconhecimento da importância das Conferências Episcopais, como expressão teológica da colegialidade episcopal, ressaltando a legítima autonomia de que devem gozar para exercer suas funções em ordem à inculturação na realidade do seu povo. Essa legítima autonomia, recomendada pelo Vaticano II (cf. LG 23)⁴¹, corresponde à vitalidade e originalidade da Igreja dos primeiros séculos do cristianismo. Garantirá, outrossim, a riqueza das várias formas de expressão pastoral, dentro da necessária unidade de fé e adesão à sucessão apostólica desde o apóstolo Pedro.

Nota:1

Puebla, 429: "Na passagem da cultura agrária para a urbano industrial, a cidade se transforma em propulsora da nova civilização universal. Este fato requer um novo discernimento por parte da Igreja. Globalmente, deve inspirar-se na visão da Bíblia, a qual ao mesmo tempo que comprova positivamente tendência dos homens à criação de cidades onde conviver de um modo mais associado e humana, é crítica da dimensão desumana do pecado que nelas se origina".

Nota:2

Puebla, 431-432: "431. Por outro lado, reconhece que a vida urbana e as transformações industriais levantam problemas até agora desconhecidos. Em seu interior se modificam os modos de vida e as estruturas habituais da vida: a família, a vizinhança, a organização do trabalho. Alteram-se igualmente as condições de vida do homem religioso, dos fiéis e da comunidade cristãs.

As características anteriores constituem aspectos do chamado "processo de secularização", ligado evidentemente ao surgimento da ciência e da técnica e à urbanização crescente.

432. Não há razão de se pensar que as formas essenciais da consciência religiosa estejam exclusivamente ligadas à cultura agrária. É falso dizer que a passagem para a civilização urbano-industrial acarrete necessariamente a abolição da religião. Contudo, constitui um evidente desafio, ao se condicionar com novas formas e estruturas de vida, a consciência religiosa e a vida cristã".

Nota:3

GS 57: "Peregrinos do céu, os fiéis devem buscar e saborear as coisas do alto, o que, porém, não diminui em nada, pelo contrário, aumenta, a importância de seu dever de colaborar com todos os demais seres humanos, na construção desse mundo. A fé cristã os empenha e ajuda no perfeito cumprimento deste dever, principalmente manifestando-lhe o sentido último, que permite integrar a cultura no conjunto da vocação humana.

Ao cultivar a terra com o trabalho de suas mãos e com o auxílio da técnica, para que dê frutos e abrigue dignamente toda a família humana, e ao participar da vida social, o ser humano está cumprindo a vontade de Deus, manifestada na criação, de que sujeite a terra e aperfeiçoe o mundo criado e a si mesmo, ao mesmo tempo que cumpre o grande mandamento de Cristo de se colocar a serviço dos irmãos.

Também o estudo da filosofia, da matemática, das ciências naturais ou de outras disciplinas, assim como a prática das artes, contribuem para aproximar a família humana da verdade, do bem e do belo, levá-la a

apreciar o valor do universo, e iluminá-la com a luz da sabedoria, que está eternamente junto de Deus, tudo fazendo com ele, brincando na superfície da terra e se deliciando com a humanidade.

Desta forma, o ser humano vai-se libertando da servidão das coisas e progredindo no conhecimento e na contemplação do criador. Sob o impulso da graça, prepara-se para o reconhecimento do Verbo, que se fez carne, a fim de tudo salvar e recapitular em si mesmo, tendo vindo ao mundo como *luz verdadeira, que ilumina todos os homens*. (Jo 1, 19).

O progresso das ciências, das artes e das técnicas, incapaz de atingir, em virtude do método que emprega, as razões do ser, pode vir a favorecer um certo fenomenismo e, até mesmo, alimentar um certo agnosticismo, se vier a achar que seu método é a regra suprema do conhecimento a que temos acesso. Há perigo de se confiar demais nas descobertas modernas, julgar-se o ser humano auto-suficiente e renunciar a qualquer busca ulterior.

São riscos que corre a cultura moderna, mas que não impedem de lhe reconhecer valores positivos. Como, por exemplo, a dedicação ao saber e o rigor das pesquisas científicas; a necessidade de colaboração entre as diversas especialidades e o senso da solidariedade internacional; a consciência cada vez mais viva da responsabilidade dos especialistas para com a parcela da humanidade que precisa de auxílio e de proteção; o desejo de melhorar as condições de vida de todos, especialmente dos que sofrem a pobreza e estão privados de responsabilidades. Tudo isto deve-se considerar preparação ao Evangelho, capaz de ser animada pela caridade divina, graças àquele que veio salvar o mundo”.

Nota:4

GS 58: “Há muitas relações entre o Evangelho e a cultura. Revelando-se a seu povo, Deus falou de acordo com a cultura de cada época, até a sua plena manifestação no Filho encarnado.

Vivendo em condições diversas através dos tempos, a Igreja também utilizou elementos de diversas culturas para difundir e manifestar o Evangelho de Cristo, pregá-lo a todos os povos, melhor compreendê-lo e mais profundamente exprimi-lo, nas variadas formas da vida dos fiéis, através das celebrações litúrgicas.

Enviada aos povos todos, de todas as idades e latitudes, a Igreja não está ligada exclusiva e necessariamente a nenhuma raça ou nação, a nenhum sistema particular de costumes, nem a nenhuma tradição nova ou antiga. Aderindo à sua própria tradição e, ao mesmo tempo, consciente de sua missão universal, quer entrar em comunhão com todas as formas de cultura, para enriquecimento recíproco, tanto da Igreja, como das culturas.

A boa nova de Cristo renova incessantemente a vida e a cultura do ser humano sujeito ao pecado. Combate e anula os erros e os males provenientes da ameaça constante do pecado. Purifica e eleva os costumes dos povos. Fecunda, fortifica, completa e restaura em Cristo, com os bens do alto e como que do interior, as qualidades e os dotes espirituais de todos os povos e idades. Dessa forma, no cumprimento de seu próprio papel, a Igreja contribui e favorece a cultura humana e civil, conduzindo o homem à liberdade interior, inclusive pela liturgia”.

Nota:5

Puebla, 441: “A necessidade de traçar critérios e caminhos, baseados na experiência e na imaginação, para uma pastoral da cidade, onde se encontram em gestação os novos modos de cultura bem como o aumento do esforço evangelizador e promotor dos grupos indígenas e afro-americanos.”

Nota:6

EN 52: “Se é verdade que este primeiro anúncio se destina especialmente àqueles que nunca ouviram a Boa Nova de Jesus e às crianças, é verdade também que ele se torna cada dia mais necessário - e isto por causa das situações de descristianização freqüentes nos nossos dias - igualmente para multidões de homens que receberam o batismo, mas vivem fora de toda a vida cristã, para as pessoas simples que, embora tendo certo grau de fé, conhecem mal os fundamentos dessa mesma fé, para intelectuais que sentem a falta de um conhecimento de Jesus Cristo sob uma luz diferente daquela dos ensinamentos recebidos na sua infância, e para muitos outros ainda”.

Nota:7

Puebla, 152: “Dará importância à pastoral urbana com a criação de novas estruturas eclesiais, que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje. Também multiplicará esforços para atender melhor a pastoral do campo”.

Nota:8

LG 31: “Denominam-se leigos todos os fiéis que não pertencem às ordens sagradas, nem são religiosos reconhecidos pela Igreja. São, pois, os fiéis batizados, incorporados a Cristo, membros do povo de Deus, participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, que tomam parte no cumprimento da missão de todo o povo cristão, na Igreja e no mundo.

O caráter secular caracteriza os leigos. Os membros das sagradas ordens, apesar de exercerem às vezes funções seculares ou de se ocuparem de coisas seculares, estão orientados para o ministério sagrado, em virtude de uma vocação especial. Os religiosos, por sua vida, testemunham de maneira clara e magnífica a transfiguração do mundo oferecido a Deus numa vida inspirada nas bem-aventuranças. A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do reino de Deus. Vivem, pois, no mundo, isto é, em todas as profissões e trabalhos, nas condições comuns da vida familiar e social, que constituem a trama da existência. São aí chamados por Deus, como leigos, a viver segundo o espírito do Evangelho, como fermento de santificação no seio do mundo, brilhando em sua própria vida pelo testemunho da fé, da esperança e do amor, de maneira a manifestar Cristo a todos os homens. Compete-lhes pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo e se desenvolvam em louvor do criador e do redentor”.

Nota:9

Puebla, 273: “Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo,

qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem”.

Nota:10

OA 11: “São os mais fracos, efetivamente, que se tornam as vítimas das condições de vida desumanizadoras, degradantes para as consciências e perniciosas para a instituição da família: a promiscuidade nos alojamentos populares torna impossível um mínimo de intimidade; os lares jovens, esperam em vão por uma habitação decente e a preço acessível, desmoralizando-se a pouco e pouco, de modo que a sua unidade pode mesmo chegar a ser comprometida; os jovens por sua vez, fogem de um lar demasiado exíguo e procuram na rua compensações e companhias que escapam a qualquer vigilância. É dever grave dos responsáveis o procurarem dominar e orientar este processar-se das coisas.

Torna-se urgente reconstituir, à nível de rua, de bairro, ou de aglomerado ainda maior, aquela rede social em que o homem possa satisfazer as necessidades da sua personalidade. Tem de ser criados centros de interesse e de cultura, ou tem de ser desenvolvidos se já existem, ao nível das comunidades e das paróquias, naquelas diversas formas de associação, naqueles círculos de recreação, naqueles lugares de reunião, naqueles encontros espirituais comunitários, etc., em que cada um possa sair do isolamento e tornar a criar relações fraternas”.

Nota:11

RMI 37: “*Áreas culturais, ou modernos areópagos* - Paulo, depois de ter pregado em numerosos lugares, chega a Atenas e vai ao areópago, onde anuncia o Evangelho, usando uma linguagem adaptada e compreensível para aquele ambiente (cf. At 17,22-31). O areópago representava, então, o centro da cultura do douto povo ateniense, e hoje pode ser tomado como símbolo dos novos ambientes onde o Evangelho deve ser proclamado. O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, que está unificando a humanidade, transformando-a como se costuma dizer na aldeia global. Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais. Principalmente as novas gerações crescem num mundo condicionado pelos mass-média. Talvez se tenha descuidado, um pouco, este areópago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass-média foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas, secundariamente, na programação pastoral. O uso dos mass-média, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo, porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta nova cultura, criada pelas modernas comunicações. É um problema complexo, pois esta cultura nasce, menos dos conteúdos do que do próprio fato de existirem novos modos de comunicar com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas. Meu predecessor Paulo VI dizia que a ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época; e o campo da comunicação moderna confirma plenamente este parecer.

Existem muitos outros areópagos do mundo moderno, para os quais se deve orientar a atividade missionária dos povos. Por exemplo, o empenho pela paz; o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo o das minorias; a promoção da mulher e da criança; a proteção da natureza, são outros tantos setores a serem iluminados pela luz do Evangelho.

É preciso lembrar, além disso, o vastíssimo areópago da cultura, da pesquisa científica, das relações internacionais que favorecem o diálogo e levam a novos projetos de vida. Convém estar atentos e empenhados nestas exigências modernas. Os homens sentem-se como que a navegar no mesmo mar tempestuoso da vida, chamados a uma unidade e solidariedade cada vez maior: as soluções para os problemas existenciais são estudadas, discutidas e experimentadas com o concurso de todos. Eis porque os organismos e as convenções internacionais se apresentam cada vez mais importantes, em muitos setores da vida humana, desde a cultura à política, da economia à pesquisa. Os cristãos, que vivem e trabalham nesta dimensão internacional, tenham sempre presente o seu dever de testemunhar o Evangelho”.

Nota:12

RMI 37: “*Áreas culturais, ou modernos areópagos* - Paulo, depois de ter pregado em numerosos lugares, chega a Atenas e vai ao areópago, onde anuncia o Evangelho, usando uma linguagem adaptada e compreensível para aquele ambiente (cf. At 17,22-31). O areópago representava, então, o centro da cultura do douto povo ateniense, e hoje pode ser tomado como símbolo dos novos ambientes onde o Evangelho deve ser proclamado. O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, que está unificando a humanidade, transformando-a como se costuma dizer na aldeia global. Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais. Principalmente as novas gerações crescem num mundo condicionado pelos mass-média. Talvez se tenha descuidado, um pouco, este areópago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass-média foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas, secundariamente, na programação pastoral. O uso dos mass-média, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo, porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta nova cultura, criada pelas modernas comunicações. É um problema complexo, pois esta cultura nasce, menos dos conteúdos do que do próprio fato de existirem novos modos de comunicar com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas. Meu predecessor Paulo VI dizia que a ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época; e o campo da comunicação moderna confirma plenamente este parecer.

Existem muitos outros areópagos do mundo moderno, para os quais se deve orientar a atividade missionária dos povos. Por exemplo, o empenho pela paz; o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo o das minorias; a promoção da mulher e da criança; a proteção da natureza, são outros tantos setores a serem iluminados pela luz do Evangelho.

É preciso lembrar, além disso, o vastíssimo areópago da cultura, da pesquisa científica, das relações internacionais que favorecem o diálogo e levam a novos projetos de vida. Convém estar atentos e empenhados

nestas exigências modernas. Os homens sentem-se como que a navegar no mesmo mar tempestuoso da vida, chamados a uma unidade e solidariedade cada vez maior: as soluções para os problemas existenciais são estudadas, discutidas e experimentadas com o concurso de todos. Eis porque os organismos e as convenções internacionais se apresentam cada vez mais importantes, em muitos setores da vida humana, desde a cultura à política, da economia à pesquisa. Os cristãos, que vivem e trabalham nesta dimensão internacional, tenham sempre presente o seu dever de testemunhar o Evangelho”.

Nota:13

Aetatis Novae, 4: “A mudança que se dá hoje nas comunicações implica, mais que uma simples revolução técnica, a transformação completa de tudo o que é necessário à humanidade para compreender o mundo que a envolve, e para verificar e expressar a percepção do mesmo. A apresentação constante das imagens e das idéias, assim como a sua transmissão rápida, até mesmo de um continente a outro, tem conseqüências simultaneamente positivas e negativas, no desenvolvimento psicológico, moral e social das pessoas, na estrutura e no funcionamento da sociedade, na partilha de uma cultura com outra, na percepção e na transmissão dos valores, nas idéias do mundo, nas ideologias e nas convicções religiosas. A revolução das comunicações afeta, de igual modo, a percepção que se pode ter da Igreja, e contribui para a modelação das próprias estruturas e funcionamento.

Tudo isto tem conseqüências pastorais importantes. Com efeito, tanto se pode recorrer aos mass media para proclamar o evangelho, como para o afastar do coração do homem. A infiltração, cada vez mais estreita dos mass media na vida cotidiana influencia o conceito que se possa ter do sentido da vida.

As comunicações tem a capacidade de pesar, não só nos modos de pensar, mas também nos conteúdos do pensamento. Para muitas pessoas, a realidade corresponde ao que o mass media definem como tal; o que os mass media não reconhecem explicitamente torna-se também insignificante. O silêncio pode assim ser imposto, de fato, a indivíduos ou grupos que os mass media ignoram; a voz do Evangelho pode, ele também, ser reduzida ao silêncio, sem ficar por isso completamente abafada. É importante, então, que os cristãos sejam capazes de fornecer uma informação que cria notícias, dando a palavra aos que dela são privados.

O poder que tem os meios de comunicação, de reforçar ou destruir os pontos de referência tradicionais em matéria de religião, de cultura e de família, sublinha bem a atualidade pertinente das palavras do Concílio: Para o uso reto destes meios é absolutamente necessário que todos os que se servem deles conheçam e levem à prática, nesse campo, as normas de ordem moral”.

Nota:14

RMi 37: “*Áreas culturais, ou modernos areópagos* - Paulo, depois de ter pregado em numerosos lugares, chega a Atenas e vai ao areópago, onde anuncia o Evangelho, usando uma linguagem adaptada e compreensível para aquele ambiente (cf. At 17,22-31). O areópago representava, então, o centro da cultura do douto povo ateniense, e hoje pode ser tomado como símbolo dos novos ambientes onde o Evangelho deve ser proclamado.

O primeiro areópago dos tempos modernos é o mundo das comunicações, que está unificando a humanidade, transformando-a como se costuma dizer na aldeia global. Os meios de comunicação social alcançaram tamanha importância que são para muitos o principal instrumento de informação e formação, de guia e inspiração dos comportamentos individuais, familiares e sociais. Principalmente as novas gerações crescem num mundo condicionado pelos mass-média. Talvez se tenha descuidado, um pouco, este areópago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass-média foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas, secundariamente, na programação pastoral. O uso dos mass-média, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo, porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta nova cultura, criada pelas modernas comunicações. É um problema complexo, pois esta cultura nasce, menos dos conteúdos do que do próprio fato de existirem novos modos de comunicar com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas”.

Nota:15

cf. **DT 544; 665:** “544. Deus é o primeiro comunicador, o comunicador por excelência. Sua Boa Nova e a inculturação da fé são impensáveis sem a comunicação. A evangelização é um processo de comunicação, e a cultura é o fruto da comunicação entre pessoas. Um dos novos espaços a evangelizar é o dos agentes dos meios de comunicação social, e uma das tarefas imprescindíveis é a de inculturar a fé na linguagem desses meios.

665. No coração da Revelação divina, encontramos o Mistério Trinitário da comunicação eternamente interpessoal, cuja Palavra se faz diálogo, encarnado na história por obra do Espírito, inaugurando-se assim um mundo novo de encontros, intercâmbios, comunicação e comunhão”.

Nota:16

cf. **DT 674:** “Por ser a comunicação uma realidade que engloba todas as tarefas evangelizadoras, sente-se a necessidade de elaborar políticas sérias de comunicação e informação através do planejamento pastoral.

As comunicações hão de integrar todo o plano pastoral, pois tem de dar sua contribuição a todo apostolado, ministério ou programa”.

Nota:17

RMi 25: “Os missionários, seguindo esta linha de ação, tiveram presente os anseios e as esperanças, as aflições e os sofrimentos, a cultura do povo, para lhe anunciar a salvação em Cristo. Os discursos de Listra e de Atenas (cf. At 14,15-17; 17,22-31) são considerados modelo para a evangelização dos pagãos: neles, Paulo dialoga com os valores culturais e religiosos dos diferentes povos. Aos habitantes da Licaônia, que praticavam uma religião cósmica, Paulo lembra experiências religiosas que se referiam ao cosmos; com os gregos, discute sobre filosofia e cita os seus poetas (cf. At 17,18.26-28). O Deus que vem revelar, já está presente em suas vidas: de fato, foi ele quem os criou, e é ele que misteriosamente conduz os povos e a História. No entanto, para reconhecerem o verdadeiro Deus, é necessário que abandonem os falsos deuses que eles próprios fabricaram, e se abram àquele que Deus enviou para iluminar a sua ignorância e satisfazer os anseios de seus corações (cf. At 17,27-30). São discursos que oferecem exemplos de inculturação do Evangelho.

Sob o impulso do Espírito, a fé cristã abre-se, decididamente, às nações pagãs, e o testemunho de Cristo expande-se em direção aos centros mais importantes do Mediterrâneo oriental, para chegar, depois, a Roma e ao extremo ocidente. É o Espírito que impele a ir sempre mais além, não só em sentido geográfico, mas também ultrapassando barreiras étnicas e religiosas, até se chegar a uma missão verdadeiramente universal”.

Nota:18

RMi 54: “A propósito disto, continuam fundamentais algumas indicações. A inculturação, em seu correto desenvolvimento, deve ser guiada por dois princípios: a compatibilidade com o Evangelho e a comunhão com a Igreja universal. Os bispos, defensores do “depósito da fé”, velarão pela fidelidade e, sobretudo, pelo discernimento, para o qual se requer um profundo equilíbrio: de fato, corre-se o risco de se passar, acriticamente, de um alheamento da cultura para uma supervalorização da mesma, que não deixa de ser um produto do homem e, como tal, está marcada pelo pecado. Também ela deve ser purificada, elevada, e aperfeiçoada.

Um tal processo requer gradualidade, para que seja verdadeiramente uma expressão da experiência cristã da comunidade: será necessária uma incubação do mistério cristão no caráter do vosso povo dizia Paulo VI em Kampala para que sua voz nativa, mais límpida e franca, se levante harmoniosa, no coro das vozes da Igreja universal. Enfim, a inculturação deve envolver todo o povo de Deus e não apenas alguns peritos, dado que o povo reflete aquele sentido da fé, que nunca se deve perder de vista. Ela seja guiada e estimulada, mas nunca forçada, para não provocar reações negativas nos cristãos: deve ser uma expressão da vida comunitária, ou seja, amadurecida no seio da comunidade, e não fruto exclusivo de investigações eruditas. A salvaguarda dos valores tradicionais é efeito de uma fé madura”.

Nota:19

João Paulo II, Discurso durante o encontro na ‘Favela do Lix’ao de São Pedro’, Vitória, n.4.

Nota:20

DGAP 23: “A *serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas*. A edificação de uma sociedade justa e solidária depende de uma nova cultura, de novos valores que inspirem a vida humana. Infelizmente, a cultura contemporânea, sob certos aspectos, pode ser denominada uma cultura de morte pelas múltiplas formas de sacrifício da vida humana aos ídolos da riqueza, do poder e do prazer. A vida hoje vem sendo desprezada e até eliminada, desde a concepção até as mais variadas formas de destruição. O Deus da vida exige o respeito e a promoção da vida em todas as suas formas e estágios”.

Nota:21

CA 53: “Em face da miséria do proletariado, Leão XIII dizia: Abordamos este argumento com confiança e no nosso pleno direito (...). Parecer-nos-ia faltar à nossa missão, se calássemos. Nos últimos 100 anos, a Igreja manifestou repetidamente o seu pensamento, seguindo de perto a evolução contínua da questão social. Não o fez para recuperar privilégios do passado ou para impor a sua concepção social. O seu único objetivo era o cuidado e a responsabilidade pelo homem, a Ela confiado pelo próprio Cristo: por este homem que, como o Concílio Vaticano II recorda, é a única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma, e para a qual Deus tem o seu projeto, isto é, a participação na salvação eterna. Não se trata do homem abstrato, mas do homem real, concreto, histórico: trata-se de cada homem, porque cada um foi englobado no mistério da redenção e Cristo uniu-se com cada um para sempre, através desse mistério. Disto se segue que a Igreja não pode abandonar o homem e que este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer na realização da sua missão (...) o caminho traçado pelo próprio Cristo, caminho que invariavelmente passa pelo mistério da encarnação e da redenção.

A inspiração que preside à doutrina social da Igreja é esta, e só esta. Se a foi elaborando pouco a pouco de forma sistemática, sobretudo a partir da data que comemoramos, é porque toda a riqueza doutrinal da Igreja tem como horizonte o homem, na sua concreta realidade de pecador e de justo”.

Nota:22

1Jo 4,9: “Nisto se tornou visível o amor de Deus entre nós: Deus enviou o seu Filho único a este mundo, para dar-nos a vida por meio dele”.

Nota:23

Jo 10,10: “O ladrão só vem para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”.

Nota:24

CfL 37: “Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana constitui uma tarefa essencial, diria mesmo, em certo sentido, a tarefa central e unificadora do serviço que a Igreja, e nela os fiéis leigos, são chamados a prestar à família dos homens.

De todas as criaturas terrenas, só o homem é pessoa, sujeito consciente e livre e, precisamente por isso, centro e vértice de tudo o que existe sobre a terra.

A dignidade pessoal é o bem mais precioso que o homem tem, graças ao qual ele transcende em valor todo o mundo material. A palavra de Jesus: Que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se depois perde a sua alma? (Mc 8,36) implica uma afirmação antropológica luminosa e estimulante: o homem vale não por aquilo que tem mesmo que ele possuisse o mundo inteiro, mas por aquilo que é. Não são tanto os bens do mundo que contam, mas o bem da pessoa, o bem que é a própria pessoa.

A dignidade da pessoa aparece em todo o seu fulgor, quando se consideram a sua origem e o seu destino: criado por Deus à sua imagem e semelhança e remido pelo sangue preciosíssimo de Cristo, o homem é chamado a tornar-se filho no Filho e templo vivo do Espírito, e tem por destino a vida eterna da comunhão beatífica com Deus. Por isso, toda a violação da dignidade pessoal do ser humano clama por vingança junto de Deus e torna-se ofensa ao Criador do homem.

Em virtude da sua dignidade pessoal, o ser humano é sempre um valor em si e por si, e exige ser considerado e tratado como tal, e nunca ser considerado e tratado como um objeto que se usa, um instrumento, uma coisa.

A dignidade pessoal constitui o fundamento da igualdade de todos os homens entre si. Daí, a absoluta recusa de todas as mais variadas formas de discriminação que, infelizmente, continuam a dividir e a humilhar a família humana, desde as raciais e econômicas às sociais e culturais, das políticas às geográficas etc. Toda discriminação é uma injustiça absolutamente intolerável, não tanto pelas tensões e conflitos que pode gerar no

tecido social, quanto pela desonra feita à dignidade da pessoa: não só à dignidade daquele que é vítima da injustiça, mas ainda mais à daquele que pratica essa injustiça.

Fundamento da igualdade de todos os homens entre si, a dignidade pessoal é, ao mesmo tempo, o fundamento da participação e da solidariedade dos homens entre si: o diálogo e a comunhão têm a sua raiz última naquilo que os homens são, antes e mais ainda do que naquilo que eles têm.

A dignidade pessoal é propriedade indestrutível de cada ser humano. É fundamental compreender-se toda a força que irrompe desta afirmação, que se baseia na unicidade e na irrepetibilidade de toda pessoa. Dela deriva que o indivíduo seja irredutível a tudo o que o queira esmagar e anulá-lo no anonimato da coletividade, da instituição, da estrutura, do sistema. A pessoa, na sua individualidade, não é um número, não é o anel de uma cadeia nem uma peça da engrenagem de um sistema. A afirmação mais radical e exaltante do valor de cada ser humano foi feita pelo Filho de Deus ao encarnar no seio de uma mulher. E disto continua a falar-nos o Natal cristão”.

Nota:25

Cfl 38: “O reconhecimento efetivo da dignidade pessoal de cada ser humano exige o respeito, a defesa e a promoção dos direitos da pessoa humana. Trata-se de direitos naturais, universais e invioláveis: ninguém, nem o indivíduo, nem o grupo, nem a autoridade, nem o Estado, pode modificar e muito menos eliminar esses direitos que emanam do próprio Deus.

Ora, a inviolabilidade da pessoa, reflexo da inviolabilidade absoluta do próprio Deus, tem a sua primeira e fundamental expressão na inviolabilidade da vida humana. É totalmente falsa e ilusória a comum defesa, que aliás justamente se faz, dos direitos humanos como por exemplo o direito à saúde, à casa, ao trabalho, à família e à cultura, se não se defende com a máxima energia o direito à vida como primeiro e fonte direito, condição de todos os outros direitos da pessoa.

A Igreja nunca se deu por vencida perante todas as violações que o direito à vida, que é próprio de cada ser humano, tem sofrido e continua a sofrer, tanto por parte dos indivíduos como mesmo até por parte das próprias autoridades. O titular desse direito é o ser humano, em todas as fases do seu desenvolvimento, desde a concepção até à morte natural, e em todas as suas condições, tanto de saúde como de doença, de perfeição ou de deficiência, de riqueza ou de miséria. O Concílio Vaticano II afirma abertamente: Tudo quanto se opõe à vida, como seja toda espécie de homicídio, genocídio, aborto, a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e de jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis; todas estas coisas e outras semelhantes são, sem dúvida, infamantes; ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aqueles que assim procedem do que os que as padecem, e ofendem gravemente a honra devida ao Criador.

Ora, se a todos pertencem a missão e a responsabilidade de reconhecer a dignidade pessoal de cada ser humano e de defender o seu direito à vida, certos fiéis leigos são a isso chamados por um título particular: são os pais, os educadores, os agentes da saúde e todos os que detêm o poder econômico e político.

Ao aceitar amorosa e generosamente toda a vida humana, sobretudo se fraca e doente, a Igreja vive hoje um momento fundamental da sua missão, tanto mais necessária quanto mais avassaladora se tornou uma cultura de morte. De fato, a Igreja firmemente acredita que a vida humana, mesmo se fraca e sofredora, é sempre um dom maravilhoso do Deus da bondade. Contra o pessimismo e o egoísmo, que ensombram o mundo, a Igreja está do lado da vida: e em cada vida humana ela consegue descobrir o esplendor daquele sim, daquele amém, que é o próprio Cristo (cf. 2Cor 1,19; Ap 3,14). Ao não que avassala e aflige o mundo, contrapõe-se esse vivo “sim”, defendendo dessa maneira o homem e o mundo daqueles que ameaçam e mortificam a vida. Pertence aos fiéis leigos, que mais diretamente ou por vocação ou por profissão se ocupam do acolhimento à vida, tornar concreto e eficaz o “sim” da Igreja à vida humana.

Nas fronteiras da vida humana abrem-se hoje novas possibilidades e responsabilidades com o enorme progresso das ciências biológicas e médicas, aliado ao surpreendente poder tecnológico: o homem, com efeito, é já capaz não só de observar, mas também de manipular a vida humana no seu início e nas primeiras fases de seu desenvolvimento.

A consciência moral da humanidade não pode ficar alheia ou indiferente perante os passos gigantescos dados por uma força tecnológica que consegue ter um domínio cada vez mais vasto e profundo sobre os dinamismos que presidem à procriação e às primeiras fases do desenvolvimento da vida humana. Talvez nunca como hoje e neste campo a sabedoria se revela como única âncora de salvação, para que o homem, na investigação científica e na aplicada, possa agir sempre com inteligência e com amor, isto é, no respeito, diria mesmo na veneração, da inviolável dignidade pessoal de todo ser humano, desde o primeiro instante da sua existência. Isso acontece quando, usando meios lícitos, a ciência e a técnica se empenham na defesa da vida e na cura da doença, desde os inícios, recusando, no entanto pela própria dignidade da investigação, intervenções que se tornem perturbadoras do patrimônio genético do indivíduo e da geração humana.

Os fiéis leigos que, a qualquer título ou a qualquer nível, se empenham na ciência e na técnica, bem como na esfera médica, social, legislativa e econômica, devem corajosamente enfrentar os desafios que lhes lançam os novos problemas da bioética. Como disseram os padres sinodais, os cristãos devem exercer a sua responsabilidade como donos da ciência e da tecnologia, não como seus escravos... Em ordem a esses desafios morais, que estão para serem lançados pela nova e imensa força da tecnologia e que põem em perigo não só os direitos fundamentais dos homens, mas a própria essência biológica da espécie humana, é da máxima importância que os leigos cristãos com a ajuda de toda a Igreja tomem a peito o enquadramento da cultura nos princípios de um humanismo autêntico, de forma que a promoção e a defesa dos direitos do homem possam encontrar fundamento dinâmico e seguro na sua própria essência, aquela essência que a pregação evangélica revelou aos homens.

É urgente que todos, hoje, estejam alertados para o fenômeno da concentração do poder, e, em primeiro lugar, do poder tecnológico. Tal concentração tende, com efeito, a manipular não só a essência biológica, mas também os conteúdos da própria consciência dos homens e os seus padrões de vida, agravando, assim, a discriminação e a marginalização de povos inteiros”.

Nota:26

CA 47: “Após a queda do totalitarismo comunista e de muitos outros regimes totalitários e de segurança nacional, assistimos hoje à prevalência, não sem contrastes, do ideal democrático, em conjunto com uma viva atenção e preocupação pelos direitos humanos. Mas, exatamente por isso, é necessário que os povos, que estão reformando os seus regimes, dêem à democracia um autêntico e sólido fundamento mediante o reconhecimento explícito dos referidos direitos. Entre os principais, recordem-se: o direito à vida, do qual é parte integrante o direito a crescer à sombra do coração da mãe depois de ser gerado; o direito a viver numa família unida e num ambiente moral favorável ao desenvolvimento da própria personalidade; o direito a maturar a sua inteligência e liberdade na procura e no conhecimento da verdade; o direito a participar no trabalho para valorizar os bens da terra e a obter dele o sustento próprio e dos seus familiares; o direito a fundar uma família e a acolher e educar os filhos, exercitando responsabilmente a sua sexualidade. Fonte e síntese destes direitos é, em certo sentido, a liberdade religiosa, entendida como direito a viver na verdade da própria fé e em conformidade com a dignidade transcendente da pessoa.

Também nos Países onde vigoram formas de governo democrático, nem sempre estes direitos são totalmente respeitados. Não se trata apenas do escândalo do aborto, mas de diversos aspectos de uma crise dos sistemas democráticos, que às vezes parecem ter perdido a capacidade de decidir segundo o bem comum. As questões levantadas pela sociedade não são examinadas à luz dos critérios de justiça e moralidade, mas antes na base da força eleitoral ou financeira dos grupos que as apóiam. Semelhantes desvios da prática política geram, com o tempo, desconfiança e apatia e conseqüentemente diminuição da participação política e do espírito cívico, no seio da população, que se sente prejudicada e desiludida. Disso resulta a crescente incapacidade de enquadrar os interesses particulares numa coerente visão do bem comum. Este efetivamente não é a mera soma dos interesses particulares, mas implica a sua avaliação e composição feita com base numa equilibrada hierarquia de valores e, em última análise, numa correta compreensão da dignidade e dos direitos da pessoa.

A Igreja respeita a legítima autonomia da ordem democrática, mas não é sua atribuição manifestar preferência por uma ou outra solução institucional ou constitucional. O contributo, por ela oferecido nesta ordem, é precisamente aquela visão da dignidade da pessoa, que se revela em toda a sua plenitude no mistério do Verbo encarnado”.

Nota:27

GS 27: “Praticamente, o Concílio insiste no respeito para com o ser humano. Cada um deve considerar o próximo, sem exceção, um outro ele mesmo, cuidando de sua vida e dos meios indispensáveis a que viva dignamente, para não fazer como aquele rico do Evangelho, que não se incomodava com o pobre Lázaro.

Nos nossos dias ainda é maior a necessidade de considerar os outros nossos próximos e servi-los de maneira eficaz, quer se trate do idoso abandonado, do trabalhador migrante desprezado, dos exilados, das crianças sem família, dos injustamente perseguidos, dos que passam fome, de todos que nos interpelam a consciência, lembrando a palavra do Senhor: *Todas as vezes que o fizestes a um de meus irmãos pequeninos, a mim o fizestes* (Mt 25, 40).

Tudo que contraria a vida é vergonhoso, ofende o criador, fere a civilização, mancha os que o praticam, mais até do que prejudica suas vítimas. É o caso dos diversos tipos de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio. As muitas violações da integridade da pessoa como mutilações, tortura corporal e mental e as pressões de todo tipo. Os inúmeros atentados contra a dignidade humana, como condições de vida subumanas, prisões arbitrárias, deportações, escravização, prostituição, tráfico de mulheres e jovens, condições vergonhosas de trabalho, em que os trabalhadores se vêem reduzidos a simples instrumentos de lucro, não sendo tratados sequer como pessoas livres e responsáveis”.

Nota:28

CA 35: “Muitos outros, embora não estando totalmente marginalizados, vivem inseridos em ambientes onde a luta pelo necessário é absolutamente primária, e vigoram ainda as regras do capitalismo original, na “crueldade” de uma situação que nada fica a dever à dos momentos mais negros da primeira fase da industrialização. Noutros casos, a terra é ainda o elemento central do processo econômico, e aqueles que a cultivam, excluídos da sua posse, estão reduzidos a condições de semi-escravatura. Nestas situações pode-se ainda hoje, como no tempo da *Rerum novarum*, falar de exploração desumana. Apesar das grandes mudanças verificadas nas sociedades mais avançadas, as carências humanas do capitalismo, com o conseqüente domínio das coisas sobre os homens, ainda não desapareceram; pelo contrário, para os pobres à carência dos bens materiais juntou-se a do conhecimento e da ciência, que lhes impede de sair do estado de humilhante subordinação.

Infelizmente a grande maioria dos habitantes do Terceiro Mundo vive ainda nestas condições. Seria errado, porém, imaginar este Mundo, num sentido somente geográfico. Em algumas regiões e em alguns setores sociais, foram ativados processos de desenvolvimento centrados na valorização não tanto dos recursos materiais, mas dos “recursos humanos”.

Há relativamente poucos anos, afirmou-se que o desenvolvimento dos Países mais pobres dependeria do seu isolamento do mercado mundial, e da confiança apenas nas próprias forças. A recente experiência demonstrou que os Países que foram excluídos registraram estagnação e recessão, enquanto conheceram o desenvolvimento aqueles que conseguiram entrar na corrente geral de interligação das atividades econômicas a nível internacional. O maior problema, portanto, parece ser a obtenção de um acesso equitativo ao mercado internacional, não fundado sobre o princípio unilateral do aproveitamento dos recursos naturais, mas sobre a valorização dos recursos humanos.

Aspectos típicos do Terceiro Mundo emergem também nos Países desenvolvidos, onde a transformação incessante das modalidades de produção e consumo desvaloriza certos conhecimentos já adquiridos e capacidades profissionais consolidadas, exigindo um esforço contínuo de requalificação e atualização. Aqueles que não conseguem acompanhar os tempos podem facilmente ser marginalizados; juntamente com eles são-no os anciãos, os jovens incapazes de se inserirem na vida social e, de um modo geral, os sujeitos mais débeis e o denominado Quarto Mundo. Nestas condições, também a situação da mulher se apresenta muito difícil”.

Nota:29

cf. **Mt 25,36:** “eu estava sem roupa, e me vestiram; eu estava doente, e cuidaram de mim; eu estava na prisão, e vocês foram me visitar”.

Nota:30

cf. **DT 160**: “Uma das violações dos direitos humanos que atingirá as gerações futuras, os futuros filhos e filhas de nossos países, é a depredação do meio ambiente, que destrói os recursos naturais na busca de lucros rápidos e imediatos. Os próximos anos serão determinantes para a ecologia e, portanto, para a sobrevivência da humanidade”.

Nota:31

cf. **DT 19; 221-223; 540; 628-630**: “19. A piedade do povo alimentou-se dos conteúdos essenciais do dogma cristão, unidos a uma aproximação carinhosa da bondade divina, expressa no reconhecimento de sua grandeza e na intuição dos traços de sua ternura. Esta foi a reserva principal da evangelização, transmitida de geração em geração, especialmente pela mãe de família. No interior da família, sustentou-se por séculos a vida cristã partilhada nos sacramentos, nas festas e nos momentos-chave de dor e alegria para seus membros e amigos. Por isso a transmissão da fé deve-se principalmente aos fiéis leigos.

221. A família na América Latina apesar de sua acelerada desintegração é o espaço privilegiado para o crescimento das pessoas e sólida base da comunidade cristã. Com razão, foi chamada de Igreja doméstica. A fim de promovê-la, existem na América muitas experiências de pastoral familiar, de catequese sistemática e de evangelização através de movimentos a ela dirigidos.

222. Não ignoramos as novas situações que alteram o perfil tradicional da família e incidem diretamente em sua vivência da fé. Cabe apontar os diversos tipos de família latino-americana, as filosofias desintegradoras da família tradicional, as condições de vida moderna, a influência dos meios de comunicação social, a perda da influência militar nos processos educativos, as campanhas antinatalistas, etc.

223. O futuro da família apresenta-nos enormes desafios pastorais ainda por resolver. A atenção pastoral às famílias ainda deixa muito a desejar, especialmente nos aspectos que mais diretamente a afetam: ética sexual, natalidade, educação, trabalho. Carecemos, aliás, de uma tenção pastoral e coordenada as famílias que vivem em situações difíceis: os divorciados recasados, os matrimônios interconfessionais, os casais separados temporal ou indefinidamente, o crescente número de casais que coabitam nem sequer com o contrato civil.

540. A família há de manter seu ideal de Igreja doméstica, onde se evangeliza, onde se aprende a orar, dialogar, partilhar, sofrer, amar, perdoar, trabalhar na transformação do mundo, enfrentar a morte. Ela é destacada agente de inculturação evangélica, quando é centro de irradiação da fé. Alguns traços de identificação: respeito à dignidade das pessoas; fidelidade, atenção aos mais fracos, estímulo à vida, laboriosidade. Englobando tudo isso, o amor. Um amor que é comunicação do amor de Deus por nós.

628. Vemos a necessidade de ratificar a prioridade da pastoral familiar na pastoral orgânica como opção básica, apoiada na convicção de que a evangelização no futuro depende em grande parte da Igreja doméstica, santuário da vida e fronteira decisiva da nova evangelização.

629. Tal opção demanda uma extensa e profunda compreensão da complexíssima situação que vive a família., convulsionada hoje por todos os tipos de agressões e de mudanças. A maioria das famílias da América Latina vive em condições de pobreza não raro extrema.

630. É urgente criar pedagogias que salvaguardem seus valores essenciais: dignificar, a partir da família, a vida em todas as suas expressões; cultivar o senso crítico-evangélico em face das ambigüidades da cultura contemporânea; apoiar as novas formas de espiritualidade familiar e os movimentos familiares; promover o exercício da igualdade do homem e da mulher, educando no sadio sentido da sexualidade como elemento relevante da cultura”.

Nota:32

DGAP 232: “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos na política e garante aos governados a possibilidade, quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de substituir os participantes, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos. A Igreja no Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política”.

Nota:33

DGAP 233: “No esforço de promoção da democracia e da justiça social, a Igreja colabora com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam a defesa dos direitos da pessoa humana, a valorização da cultura popular, a promoção de uma formação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias”.

Nota:34

GS, 76: “É muito importante, especialmente numa sociedade pluralista, que haja um clima de respeito mútuo entre a comunidade política e a Igreja e se distinga claramente a atividade política individual e comunitária dos fiéis, exercida em seu próprio nome, por inspiração da consciência cristã, e a ação que exercem em nome da Igreja, juntamente com seus pastores.

Em virtude de sua competência e função, como sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa, a Igreja não se confunde de maneira alguma com a comunidade política, nem está presa a nenhum sistema político determinado.

A comunidade política e a Igreja, em suas respectivas esferas de ação, são independentes e autônomas. As duas estão a serviço da mesma vocação pessoal do ser humano, embora a títulos diversos. Este serviço será tanto mais eficaz, para o bem de todos, quando houver cooperação entre ambas, de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar.

O ser humano não está totalmente encerrado na esfera política. Vive, na história, sua vocação integral, que aponta para a eternidade. Nessa perspectiva, a Igreja, baseada no amor que tem por nós o Redentor, deve contribuir para que prevaleça cada vez mais o amor nas relações humanas, nacionais e internacionais. Deve pregar a verdade do Evangelho e iluminar com sua doutrina e com o testemunho dos fiéis todas as esferas da atividade humana, promover a liberdade e a responsabilidade políticas dos cidadãos.

Ao serem enviados ao mundo para anunciar a todos Cristo, Salvador do mundo, os apóstolos e seus sucessores se baseiam no poder de Deus, que manifesta a força do Evangelho através da fraqueza do presépio. Todos os

que se consagram ao ministério da palavra divina devem adotar os meios e as maneiras de agir próprias do Evangelho, que diferem profundamente dos caminhos trilhados pelo poder civil.

Na atual condição humana, as realidades terrestres estão intimamente conexas com as que superam este mundo. A própria Igreja precisa das coisas temporais para cumprir sua missão. Mas não deposita sua esperança nos eventuais privilégios que obtenha dos governos. Pelo contrário, está disposta a renunciar mesmo ao exercício de direitos adquiridos quando o exigirem o testemunho da sinceridade de sua missão ou se modificarem as condições de vida.

Sempre, porém, e em toda parte, que lhe seja possível pregar livremente a fé e manifestar a sua doutrina social, não deixará de cumprir sua função entre os seres humanos. Dará a conhecer seu ponto de vista ético, mesmo a respeito das realidades políticas, desde que o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Falará de tudo, mas unicamente na perspectiva do Evangelho e do bem de todos, de acordo com as mais diversas circunstâncias de tempo e lugar.

Aderindo fielmente ao Evangelho e exercendo sua missão no mundo, a Igreja, que deve promover e elevar tudo que há de verdadeiro, bom e belo na humanidade, consolida a paz entre os seres humanos, para a glória de Deus.

É muito importante, especialmente numa sociedade pluralista, que haja um clima de respeito mútuo entre a comunidade política e a Igreja e se distinga claramente a atividade política individual e comunitária dos fiéis, exercida em seu próprio nome, por inspiração da consciência cristã, e a ação que exercem em nome da Igreja, juntamente com seus pastores.

Em virtude de sua competência e função, como sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa, a Igreja não se confunde de maneira alguma com a comunidade política, nem está presa a nenhum sistema político determinado.

A comunidade política e a Igreja, em suas respectivas esferas de ação, são independentes e autônomas. As duas estão a serviço da mesma vocação pessoal do ser humano, embora a títulos diversos. Este serviço será tanto mais eficaz, para o bem de todos, quando houver cooperação entre ambas, de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar.

O ser humano não está totalmente encerrado na esfera política. Vive, na história, sua vocação integral, que aponta para a eternidade. Nessa perspectiva, a Igreja, baseada no amor que tem por nós o Redentor, deve contribuir para que prevaleça cada vez mais o amor nas relações humanas, nacionais e internacionais. Deve pregar a verdade do Evangelho e iluminar com sua doutrina e com o testemunho dos fiéis todas as esferas da atividade humana, promover a liberdade e a responsabilidade políticas dos cidadãos.

Ao serem enviados ao mundo para anunciar a todos Cristo, Salvador do mundo, os apóstolos e seus sucessores se baseiam no poder de Deus, que manifesta a força do Evangelho através da fraqueza do presépio. Todos os que se consagram ao ministério da palavra divina devem adotar os meios e as maneiras de agir próprias do Evangelho, que diferem profundamente dos caminhos trilhados pelo poder civil.

Na atual condição humana, as realidades terrestres estão intimamente conexas com as que superam este mundo. A própria Igreja precisa das coisas temporais para cumprir sua missão. Mas não deposita sua esperança nos eventuais privilégios que obtenha dos governos. Pelo contrário, está disposta a renunciar mesmo ao exercício de direitos adquiridos quando o exigirem o testemunho da sinceridade de sua missão ou se modificarem as condições de vida.

Sempre, porém, e em toda parte, que lhe seja possível pregar livremente a fé e manifestar a sua doutrina social, não deixará de cumprir sua função entre os seres humanos. Dará a conhecer seu ponto de vista ético, mesmo a respeito das realidades políticas, desde que o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Falará de tudo, mas unicamente na perspectiva do Evangelho e do bem de todos, de acordo com as mais diversas circunstâncias de tempo e lugar.

Aderindo fielmente ao Evangelho e exercendo sua missão no mundo, a Igreja, que deve promover e elevar tudo que há de verdadeiro, bom e belo na humanidade, consolida a paz entre os seres humanos, para a glória de Deus”.

Nota:35

João Paulo II, Campo Grande, 17/10/91: “É certamente dever e função dos pastores da Igreja ajudar a formar essa consciência com os princípios do Evangelho e da doutrina do Magistério. Mas, dentro da imensa variedade de opções que se oferecem à consciência cristã bem formada, sois vós os que deveis definir as vossas posições, fazer as vossas escolhas – que ninguém tem o direito de limitar – e comprometer-vos, individualmente ou unidos a outros cidadãos que participem dos vossos mesmos ideais, a desenvolver uma ação ampla e profunda visando a correta ordenação das realidades temporais”.

Nota:36

Puebla, 368: “Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar”.

Nota:37

Rm 8, 1-39: “Agora, porém, já não existe nenhuma condenação para aqueles que estão em Jesus Cristo. A lei do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, nos libertou da lei do pecado e da morte. Deus tornou possível aquilo que para a Lei era impossível, porque os instintos egoístas a tornaram impotente. Ele enviou seu próprio Filho numa condição semelhante à do pecado, em vista do pecado, e assim condenou o pecado na sua carne mortal. Deus fez isso para que a justiça exigida pela Lei se realizasse em nós, que vivemos segundo o Espírito e não sob o domínio dos instintos egoístas.

Os que vivem segundo os instintos egoístas inclinam-se para os instintos egoístas; mas os que vivem segundo o Espírito inclinam-se para aquilo que é próprio do Espírito. Os desejos dos instintos egoístas levam à morte; enquanto os desejos do Espírito levam para a vida e a paz.

De fato, os desejos dos instintos egoístas estão em revolta contra Deus, porque não se submetem à lei de Deus; e nem mesmo o podem, porque os que vivem segundo os instintos egoístas não podem agradar a Deus.

Uma vez que o Espírito de Deus habita em vocês, vocês já não estão sob o domínio dos instintos egoístas, mas sob o Espírito, pois quem não tem o Espírito de Cristo não pertence a ele. Se Cristo está em vocês, o corpo está morto por causa do pecado, e o Espírito é vida por causa da justiça. Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês.

Portanto, irmãos, nós somos devedores, mas não dos instintos egoístas para vivermos de acordo com eles. Se vocês vivem segundo os instintos egoístas, vocês morrerão; mas se com a ajuda do Espírito fazem morrer as obras do corpo, vocês viverão.

Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. E vocês não receberam um Espírito de escravos para recair no medo, mas receberam um Espírito de filhos adotivos, por meio do qual clamamos: Abba! Pai! O próprio Espírito assegura ao nosso espírito que somos filhos de Deus. E se somos filhos, somos também herdeiros: herdeiros de Deus, herdeiros junto com Cristo, uma vez que, tendo participado dos seus sofrimentos, também participaremos da sua glória.

Penso que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura que deverá ser revelada em nós. A própria criação espera com impaciência a manifestação dos filhos de Deus. Entregue ao poder do nada não por sua própria vontade, mas por vontade daquele que a submeteu, a criação abriga a esperança, pois ela também será liberta da escravidão da corrupção, para participar da liberdade e da glória dos filhos de Deus.

Sabemos que a criação toda geme e sofre dores de parto até agora. E não somente ela, mas também nós, que possuímos os primeiros frutos do Espírito, gememos no íntimo, esperando a adoção, a libertação para o nosso corpo. Na esperança, nós já fomos salvos. Ver o que se espera já não é esperar: como se pode esperar o que já se vê? Mas, se esperamos o que não vemos, é na perseverança que o aguardamos.

Do mesmo modo, também o Espírito vem em auxílio da nossa fraqueza, pois nem sabemos o que convém pedir; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis. E aquele que sonda os corações sabe quais são os desejos do Espírito, pois o Espírito intercede pelos cristãos de acordo com a vontade de Deus.

Sabemos que todas as coisas concorrem para o bem dos que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o projeto dele. Aqueles que Deus antecipadamente conheceu, também os predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, para que este seja o primogênito entre muitos irmãos. E aqueles que Deus predestinou, também os chamou. E aos que chamou, também os tornou justos. E aos que tornou justos, também os glorificou.

O que nos resta dizer? Se Deus está a nosso favor, quem estará contra nós? Ele não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós. Como não nos dará também todas as coisas junto com o seu Filho? Quem acusará os escolhidos de Deus? É Deus quem torna justo! Quem condenará? Jesus Cristo? Ele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à direita de Deus e intercede por nós?

Quem nos poderá separar do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a perseguição, a fome, a nudez, o perigo, a espada? Como diz a Escritura: Por tua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro. Mas, em todas essas coisas somos mais do que vencedores por meio daquele que nos amou. Estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes nem as forças das alturas ou das profundidades, nem qualquer outra criatura, nada nos poderá separar do amor de Deus, manifestado em Jesus Cristo, nosso Senhor".

Nota:38

cf. **PDV 3 e 19:** "Por isso, as preocupações e as reflexões deste Sínodo dos Bispos, de 1990, foram dedicadas ao incremento das vocações ao presbiterado, à sua formação para que os candidatos conheçam e sigam Jesus preparando-se para celebrar e viver o sacramento da Ordem que os configura a Cristo, Cabeça e Pastor, Servo e Esposo da Igreja, à especificação dos itinerários de formação permanente capazes de ajudar, de modo realista e eficaz, o ministério e a vida espiritual dos sacerdotes.

Pretendia-se, também, responder a um pedido feito pelo Sínodo precedente sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. É que os próprios leigos tinham solicitado o empenho dos sacerdotes na formação, para serem oportunamente ajudados no cumprimento de sua missão eclesial. Na verdade, 'quanto mais se desenvolve o apostolado dos leigos, tanto mais fortemente é sentida a necessidade de ter sacerdotes que sejam bem formados, sacerdotes santos. Assim, a própria vida do Povo de Deus manifesta o ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a relação entre o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Pois, no mistério da Igreja, a hierarquia tem um carácter ministerial (cf. *Lumen Gentium*, 10). Quanto mais se aprofunda o sentido da vocação própria dos leigos, tanto mais se evidencia o que é próprio do sacerdócio'.

19. 'O Espírito do Senhor está sobre mim' (Lc 4,18). O Espírito não está simplesmente 'sobre' o Messias, mas 'enche-o', penetra-o, atinge-o no seu ser e operar. De fato, o Espírito é o princípio da consagração e da missão do Messias: 'por isso me consagrou, e me enviou a anunciar a Boa-Nova aos pobres' (Lc 4,18). Em virtude do Espírito, Jesus pertence total e exclusivamente a Deus, participa da infinita santidade de Deus que o chama, elege e envia. Assim, o Espírito do Senhor se revela fonte de santidade e apelo à santificação.

Este mesmo 'Espírito do Senhor' está 'sobre' a totalidade do Povo de Deus, que é constituído como povo 'consagrado' a Deus e por Deus 'enviado' para o anúncio do Evangelho que salva. Os membros do Povo de Deus estão 'inebriados' e 'assinalados' pelo Espírito (cf. 1Cor 12,13; 2Cor 1,21-22; Ef 1,13; 4,3), e chamados à santidade.

Em particular, o Espírito revela-nos e nos comunica a vocação fundamental que o Pai desde a eternidade dirige a todos: a vocação a ser 'santos e imaculados na sua presença na caridade', em virtude da predestinação para 'sermos seus filhos adotivos por obra de Jesus Cristo' (Ef 1,4-5). Mais. Revelando e comunicando-nos esta vocação, o Espírito se torna em nós princípio e garantia da sua própria realização; ele, o Espírito do Filho (cf. Gl 4,6), conforma-nos a Jesus Cristo e nos torna participantes de sua vida filial, ou seja, de seu amor ao Pai e aos irmãos. 'Se vivemos do Espírito, caminhemos segundo o Espírito' (Gl 5,25). Com estas palavras, o apóstolo Paulo recorda-nos que a existência cristã é 'vida espiritual', quer dizer, vida animada e guiada pelo Espírito em ordem à santidade e à perfeição da caridade.

A afirmação do Concílio: 'Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade' encontra particular aplicação no caso dos presbíteros: estes são chamados não

só enquanto batizados, mas também e especificamente enquanto presbíteros, ou seja, por um título novo e de um modo original, derivado do sacramento da Ordem”.

Nota:39

DGAP 262: “Chegou, certamente, o momento de as Igrejas assumirem uma maior definição quanto à presença e ação dos leigos na comunidade eclesial. A experiência já adquirida deve ser amplamente alargada e aprofundada”.

Nota:40

DT 274: “Por outro lado, está nascendo na América latina um novo estilo de ser mulher. Conscientes de sua dignidade, de seus talentos e de seus direitos, é a cada dia maior o número de mulheres que assumem responsabilidades sociais, ao lado dos homens, oferecendo a contribuição feminina ao progresso dos povos na ciência, na arte, na política, na economia e, de modo geral, em todos os âmbitos da convivência humana”.

Nota:41

cf. **LG 23:** “23. A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas Igrejas particulares com as quais e por meio das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja Católica. Por isso, cada bispo representa a sua Igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade.

À frente de sua Igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras Igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo. Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5,10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria Igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as Igrejas.

Cristo confiou aos pastores, em conjunto, a função de anunciar o Evangelho ao mundo inteiro, como lembrou o papa Celestino aos padres do Concílio de Éfeso. Na medida, pois, em que o exercício de sua função específica lhe permite, o bispo deve se associar aos outros e ao sucessor de Pedro, especialmente encarregado da enorme responsabilidade de propagar a religião cristã. Os bispos devem, por isso, se empenhar com todas as forças em favor das missões, contribuindo com operários para a messe e com toda espécie de auxílios espirituais e materiais, quer por si mesmos, quer suscitando a cooperação generosa dos fiéis. Devem também, inspirados por uma caridade sem limites, prestar alegremente auxílio fraterno às outras Igrejas, especialmente às mais próximas e às mais pobres.

A divina providência quis que, desde o tempo dos apóstolos e de seus sucessores, várias Igrejas, em determinadas regiões, se associassem entre si, ao longo da história, formando grupos organicamente estruturados, tanto do ponto de vista disciplinar, como no que concerne às práticas litúrgicas e ao patrimônio teológico e espiritual, respeitadas sempre a unidade da fé e a constituição da Igreja universal.

Alguns desses conglomerados, especialmente as antigas Igrejas patriarcais, como verdadeiras mães na fé, geraram filhas com as quais mantêm até hoje um vínculo estreito de caridade, quer na vida sacramental, quer no respeito mútuo dos direitos e dos deveres recíprocos. A variedade dessas Igrejas locais, unidas entre si, é prova evidente da catolicidade da Igreja indivisa. Nos nossos dias, as conferências episcopais podem desempenhar esse papel diversificado e fecundo, exprimindo, de maneira concreta, o sentimento de colegialidade”.